



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1631/15	DATA: 02/09/2015	
LOCAL: Foro da Seção Judiciária do Paraná	INÍCIO: 09h51min	TÉRMINO: 13h36min	PÁGINAS: 123

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RICARDO HOFFMANN - Publicitário, Ex-Diretor da agência Borghi Lowe.
FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Depoente.
AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Dono da Toyo Setal Engenharia.
RENATO DE SOUZA DUQUE - Ex-Diretor de Serviços da PETROBRAS.
JOÃO VACCARI NETO - Ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos. Acareação entre os Srs. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto.

OBSERVAÇÕES

Os Deputados pediram que a Taquigrafia fizesse constar as perguntas que não foram respondidas pelos depoentes e foram encaminhadas à Mesa.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Cumpridas as normas regimentais, declaro aberta a 48ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados ao superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; às irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África. *(Pausa.)*

Acaba de chegar à secretaria da CPI o *habeas corpus* concedido pelo Ministro Dias Toffoli ao Sr. João Vaccari Neto. Dentre outros pedidos, foi concedido o seu direito a permanecer em silêncio, de ser assistido pelo seu advogado e com ele comunicar-se — *Habeas Corpus* nº 129, 1.213, de 2015. Este foi o expediente de ontem até hoje.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se a audiência pública para a tomada de depoimento do Sr. Ricardo Hoffmann, convocado pela aprovação dos Requerimentos 686, de 2015, de autoria do Deputado Ivan Valente; e 6.89, de 2015, de autoria da Deputada Eliziane Gama; do Sr. Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura, convocado pela aprovação do Requerimento 1.046, de 2015, de autoria do Deputado Celso Pansera; e acareação entre os Srs. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto — Requerimento nº 9.55, de 2015, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni.

Passemos inicialmente à tomada de depoimentos. Examinando os requerimentos de convocação para esta assentada, e considerando a condição de presos que ora se impõe aos dois depoentes convocados, em face da contribuição que poderão dar aos objetivos desta investigação, informo que estes serão ouvidos na condição de investigados, sendo-lhes garantidos os direitos constitucionais.



Convido primeiramente o Sr. Ricardo Hoffmann a tomar assento à mesa. *(Pausa.)* Advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído. Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI, e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das Sras. e dos Srs. Parlamentares para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido aos convidados será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Ricardo Hoffmann.

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou exercer meu direito constitucional de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Ricardo Hoffmann, V.Sa. tem participação societária em alguma empresa no Brasil ou no exterior? Quais são elas? Quais são os seus sócios? Quais são as atividades dela?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, Deputado, eu vou exercer meu direito de ficar calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, como eu tenho feito em todas as oitivas em que o depoente opta pelo seu direito constitucional de silêncio, ela, evidentemente, não traz nenhuma contribuição a este Relator.

Assim sendo, como tenho feito com todas as outras pessoas que optaram pelo silêncio, eu devolvo a palavra a V.Exa. para prosseguimento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos ao 1º Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes. V.Exa. tem a palavra.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Ricardo, como o senhor conquistou as contas de publicidade do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, Sr. Deputado, eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor poderia nos explicar quais os critérios para vencer a licitação de propaganda nesses órgãos?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, Sr. Deputado, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor confirma que o faturamento da empresa passou do 14º para o 4º lugar do *ranking* das agências de propaganda?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Respeitosamente, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Poderia nos dizer quais foram os seus padrinhos políticos para essas vitórias?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Vou continuar em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, eu formulei 17 perguntas. Eu vou registrar, então, na Mesa, as perguntas restantes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Bom dia a todos!

Sr. Ricardo Hoffmann — aqui na frente! —, o senhor já trabalhou em campanhas eleitorais no Paraná?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, Sr. Deputado, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Sr. André Vargas.

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, eu vou exercer meu direito de ficar em silêncio.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Já se reuniu com o Sr. André Vargas?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É amigo do Sr. André Vargas?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Conhece o Sr. Paulo Bernardo?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, também tenho inúmeras outras perguntas. Mas, dado o silêncio da testemunha, vou encaminhá-las por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Valmir Prascidelli é o próximo Sub-Relator. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, considerando que o depoente está insistindo em se manter em silêncio, eu não farei nenhuma pergunta. Vou fazer, mais uma vez, a observação que fiz ontem: que constem no relatório do Relator e desta CPI, evidentemente, iniciativas para que a Câmara Federal possa ter, no futuro, condição de, no âmbito das investigações, ouvir os depoentes — claro que com toda segurança constitucional —, mas que possamos buscar caminhos para ouvirmos os depoentes, de forma que a presença deles possa ampliar a nossa condição de investigação, assim como de produção de relatório.

Então, eu não vou fazer...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O primeiro autor é o Deputado Ivan Valente, que está aqui presente. Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria dizer que essa sequência que tenho observado aqui em Curitiba é bastante preocupante para a CPI. Eu acho que nós devíamos, numa reunião fechada em Brasília, tomar uma decisão definitiva sobre pessoas que falam e fazer uma



proposta para que tenhamos certeza de que essas pessoas falarão. Isso aqui é muito desgastante, esse silêncio ensurdecedor que nós ficamos assistindo aí esses dias, né? Então, eu acho que nós temos que parar para discutir essa questão em Brasília. Faremos essa proposta na reunião da CPI, pode ser fechada, para avançarmos, porque eu acho que isso pode causar um impacto muito negativo em todo o trabalho da CPI. Hoje, nós temos uma acareação importante, e é possível que dois dos depoentes fiquem calados, não é? É muito grave isso tudo. Então, eu quero discutir isso.

Em relação ao Sr. Hoffmann, eu sou autor inclusive, eu vou fazer as perguntas. Eu vou direto às perguntas. Se ele quiser responder, responda; se não quiser, não responda. Mas eu quero dizer que a agência dele passou de 14º para 4º lugar em faturamento em 2009; e o número de clientes foi de 12 para 25. Só uma delas é a Caixa Econômica Federal: 260 milhões de reais. Não é fácil ganhar uma concorrência de 260 milhões de reais, fora todas as outras, como a BR Distribuidora, o BNDES, o Ministério da Saúde etc.

Então, a primeira pergunta: é possível que uma empresa de propaganda e *marketing* conquiste uma licitação mesmo apresentando preços superiores numa concorrência pública?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, eu vou me reservar ao direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual o montante de recurso que a Empresa Borghi Lowe detém em seus contratos com o Governo Federal?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Continuarei em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor é acusado de manter contratos fraudulentos com órgãos de serviço público, recebendo por serviços não prestados. O senhor confirma essas acusações?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Continuarei em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é a natureza dos contratos mantidos entre as Empresas LSI e Limiar com a Borghi Lowe?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Vou continuar em silêncio.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor não quer nem responder se conhece o Sr. André Vargas e o Sr. Leon Vargas?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bem, eu queria finalizar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: o Sr. Hoffmann é apontado como um grande apadrinhado do ex-Deputado André Vargas e também do Superintendente de Marketing da Caixa, o Sr. Claur Luiz Santos, que mantém laços também estreitos com o ex-Deputado; e, na verdade, a agência de que nós estamos falando tem um muscular, ganhou musculatura de 260 milhões de reais em 2008 para 1 bilhão de reais em 2013, não é? Ou seja, a Borghi Lowe recebeu 1,07 bilhão entre 2008 e 2015 — é muito dinheiro! — do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal.

Por isso, Sr. Hoffmann, eu queria dizer o seguinte: não é pouca coisa a sua presença aqui, entende, e o quanto isso foi danoso aos cofres públicos, a forma como vocês trabalharam, valendo-se de artifícios ilegais, como a lavagem de dinheiro.

O senhor confirma que houve lavagem de dinheiro na ação da sua empresa?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou continuar em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Para falar também como autora, com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ricardo Hoffmann, o senhor conhece o Youssef?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, Sra. Deputada, eu vou me manter em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor nunca teve nenhum contato, encontro com ele? E a minha pergunta é exatamente porque, com o aprofundamento das investigações na Operação Lava-Jato, percebemos que o problema é muito maior do que se imagina. A corrupção, o pagamento de propina



não está apenas no âmbito da PETROBRAS, por exemplo, acaba tendo uma ramificação muito grande, como um câncer que vai tomando conta do corpo, e aí você o vê em várias outras áreas: setor elétrico, telecomunicações e, no seu caso, agências publicitárias, como nos dados que os colegas já mostraram aqui, aumentando de uma forma assustadora essas movimentações financeiras, que chegam a mais de 1 bilhão de reais. Quer dizer, é realmente muito e muito dinheiro. São contratos milionários e até bilionários com a BR Distribuidora, BNDES, Caixa Econômica Federal, enfim, em um grupo que ficou conhecido como a “República do Paraná”.

O senhor pode nos dizer quem mais integrava essa República? Além do senhor, o André Vargas e outros mais?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo o respeito, vou me manter em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Por exemplo, a Gleisi Hoffmann, o Paulo Bernardo, outros nomes mais integravam também essa famosa “República do Paraná”?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Vou me manter em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A sua relação com a Gleisi Hoffmann, como se dava?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou me manter em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Esse caixa, pelo aprofundamento e pelo conhecimento que a gente vai tendo desse esquema de corrupção e de pagamento de propina, ele se dava e se formava, na verdade, para irrigar algumas campanhas eleitorais, não apenas do PT — pelo menos é o que se sente: que não seria apenas do PT. Mas quais outros partidos também foram irrigados por esse levantamento de recursos milionários que se deu a partir da fraude na licitação desses contratos?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Respeitosamente, vou exercer meu direito constitucional de permanecer calado.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Ricardo, parece que o senhor deu um golpe no Brasil, por conta das licitações fraudulentas, mas também deu



um golpe na própria empresa de que o senhor era Vice-Presidente, porque, pela própria política de pagamento de comissões às agências, o senhor não passava o pagamento à agência, o senhor passava esse dinheiro em forma de propina ao André Vargas, aí, portanto, dando um golpe duplo, digamos assim.

O senhor tem informação se a empresa Borghi Lower — eu não sei bem como é que se pronuncia o nome — está em fase de acordo de leniência? Até mesmo por ser uma empresa que tem uma certa credibilidade — pelo menos tinha uma certa credibilidade nesse mercado internacional, que não tolera, por exemplo, casos de corrupção, casos de pagamentos de propinas. Ela estaria em fase de chegar ao acordo de leniência?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Vou me manter em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eram esses os meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Pela ordem de inscrição, começamos agora pelo Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, nobres Deputados, Sr. Advogado, Sr. Ricardo Hoffmann, jornalistas presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem neste momento. Primeiro, quero fazer um breve comentário. O silêncio do Sr. Ricardo Hoffmann ou de outras pessoas que vêm aqui é uma garantia constitucional. Não há como nós fazermos uma, duas, dez, quinze reuniões. Nós não vamos rasgar a Constituição.

Eu acredito que esta CPI e qualquer órgão investigador não vão prescindir unicamente do testemunho ou do interrogatório de determinada pessoa. Eu acho que este é o caminho e acho impossível de se mudar: temos que caminhar para outras provas, Sr. Presidente.

Eu vou fazer uma ou duas perguntas para o Sr. Ricardo Hoffmann, mas eu acho, Sr. Presidente, que o interrogatório dele hoje, na verdade, é um desperdício, porque ele já foi ouvido aqui anteriormente, nesta mesma sala — não é verdade, Sr. Ricardo? O senhor já esteve aqui. O senhor poderia confirmar, apenas confirmar, que o senhor já esteve aqui?



O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou me manter em silêncio. Por coerência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - *(Risos.)* Apenas confirmar que o senhor já esteve aqui. Dr. Marlus, o senhor pode confirmar?

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Sim, já esteve perante a esta CPI.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Isso, era apenas isso, para confirmar, Sr. Ricardo. Ele já esteve aqui em outro momento e também não falou. Então, na verdade, é um desperdício da mão de obra da Polícia Federal, apesar de estar trazendo outras pessoas. Ele já se manifestou, vai falar em juízo, se for falar. Então, na verdade, a gente tem que tomar cuidado com as pessoas que a gente está convocando aqui. Não surgiram fatos novos, então não haveria necessidade de trazê-lo aqui, no meu humilde entendimento. Mas, já que o senhor está aqui e, mesmo reservando o seu direito constitucional, o que a gente vê, na atuação do senhor e do grupo que atuou com o senhor, já que hoje o senhor está no sistema prisional, é aquele velho esquema de empresas laranja, só que agora a gente viu uma ramificação maior em relação à Senadora Gleisi Hoffmann, que é a utilização de empresas de publicidade; um ou dois escritórios de advocacia, que têm sido mencionados na investigação; e a utilização de servidores. Então, você vê uma modernização dos meios de corrupção para campanhas eleitorais, isso é importante para o nosso estudo e para a nossa visão.

Vemos o avanço da CPI da PETROBRAS, não apenas na PETROBRAS, cujo dinheiro é do povo brasileiro, mas vemos também a ramificação na Caixa Econômica e, o pior, no Ministério da Saúde; em uma das principais carências deste País, em que você vê todos os dias as pessoas morrendo por falta de assistência médica. E alguns políticos são tão covardes e bandidos que estão tirando dinheiro da saúde também. Tirar dinheiro do petróleo já é covardia, imagine tirar da saúde!

Fica essa minha questão aqui.

Vou deixar apenas uma pergunta, conheço o seu direito constitucional: o senhor conhece a Sra. Senadora Gleisi Hoffmann e o Sr. Paulo Bernardo? O



senhor trabalhou na campanha deles ou do André Vargas, aquele que levantou o punho e desafiou o Ministro Joaquim Barbosa? O senhor trabalhou com essas pessoas?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Ricardo! Obrigado, doutor! Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Seguindo a ordem de inscritos, Deputado Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*) O Deputado Onyx não se encontra.

Tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu também vou abrir mão de arguir o nosso convocado. Seguindo a linha do meu colega Delegado Waldir, eu acho inócua a presença do Sr. Ricardo Hoffmann, que já esteve aqui uma vez e se negou a responder qualquer pergunta. Eu acho que a vinda dele hoje aqui é de uma inutilidade gritante. Mas o importante é que as provas e os indícios carreados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal contra ele são muito grandes, muito graves, e eu acho um desperdício de tempo desta CPI trazê-lo aqui para que ele continue reafirmando o seu direito constitucional de só responder em juízo. Então, eu vou abrir mão das minhas perguntas e vou encaminhar à CPI os questionamentos que eu teria que fazer a ele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Alberto Filho.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, imprensa presente, funcionários da Justiça Federal, eu também vou abrir mão dos meus questionamentos, haja vista o nobre depoente já ter declarado que vai permanecer em silêncio, apesar de saber muita coisa e que poderia contribuir muito para o bom andamento desta CPI.

Ontem, apesar do direito constitucional de permanecer em silêncio, o Sr. Marcelo Odebrecht contribuiu; mesmo que pouco, mas contribuiu para o bom andamento desta CPI.

Se V.Sa. pudesse contribuir, um pouco que fosse, com certeza V.Sa. ficaria marcado nesta CPI como aquela pessoa que contribuiu para o esclarecimento de



muitas coisas. Mas, como já foi dito aqui por V.Sa. que irá permanecer em silêncio, no seu silêncio constitucional, eu abro mão dos meus questionamentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Passo a palavra agora ao Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu fui confirmar uma informação: os dois requerimentos são posteriores à nossa vinda a Curitiba. Então, também quando nós falamos, temos que ter cuidado com aquilo que falamos, entendeu? Os dois requerimentos convocando o Sr. Ricardo Hoffmann são posteriores à nossa primeira vinda aqui a Curitiba. Então, é natural disso.

Eu vou fazer uma pergunta para o advogado. O senhor pode me responder? Ele se encontra preso?

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Está preso.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Desde que data?

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Faz 5 meses, quase 6 meses.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Cinco meses. Isso aí. Era só essa confirmação.

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Dez de abril, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Dez de abril.

O senhor deu uma declaração no dia 12 de agosto, Sr. Ricardo Hoffmann, para o Juiz Moro com o seguinte conteúdo:

“Eu acho que é prática errada agências fazerem. Eu não tinha ideia que estava cometendo um crime assim. Não obtive vantagem pessoal. Eu não recebi dinheiro indevido, eu não lesei agência, eu não lesei o cliente, eu executava função. Eu não tomei essas decisões de transferir o bônus de volume para as empresas de André Vargas. Nenhuma dessas decisões foi minha. E fui premiado com a minha demissão em 6 de fevereiro.”

Aí o Juiz Sérgio Moro indaga quem são os mandantes. O senhor responde: “José Borghi e Valdir Barbosa”. E confirma: “Tudo que cabia a mim era tratar de



informar, por mensagem e por e-mail, que havia um crédito em tal lugar”. O senhor confirma essas informações?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo respeito, eu vou exercer o meu direito ao silêncio.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Está bem.

Não, eu peguei essa declaração do dia 12 de agosto para ver como é atual a presença do Sr. Ricardo Hoffmann. Como ele tem o direito também de não responder, nós temos o direito de expô-lo aqui, não querendo responder. Mas é um fato que ele, mesmo depois da vinda da CPI aqui a Curitiba, respondeu ao inquérito, continua respondendo a inquérito junto ao Sr. Sérgio Moro e produzindo informação nova. Então, não deixa de ser atual ouvirmos o Sr. Ricardo Hoffmann, até porque as datas dos requerimentos são recentes — não são recentes, mas são posteriores à nossa vinda aqui a Brasília.

Sr. Presidente, era só isso. Eu vou depois passar para a Taquigrafia as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Ivan Valente, V.Exa. está inscrito novamente. Deseja falar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor foi preso no dia 10 de abril, segundo o advogado, não é? Dez de abril? É isso?

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Correto.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a informação que eu tenho aqui é de que o senhor deixou a agência no final do ano passado. Sim? Pode responder a essa pergunta? Quando o senhor deixou a agência? *(Pausa.)*

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - O Ricardo deixou a agência no dia 6 de fevereiro, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Seis de fevereiro?

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Seis de fevereiro de 2015.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, a pergunta é exatamente esta: por que ele deixou a agência? *(Pausa.)* Pode responder?



O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Desculpe-me Deputado, o senhor está perguntando para mim?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou perguntando para qualquer um que responda (*risos*), porque é a nossa função aqui.

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Eu agradeço a sua pergunta. Não ficarei... E exercerei o meu direito constitucional.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - De ficar calado?

O SR. MARLUS HERIBERTO ARNS DE OLIVEIRA - Mas o Ricardo, por questões lógicas e com o máximo respeito a esta Comissão, vai continuar em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu queria dizer o seguinte: segundo levantamento aqui da minha assessoria, que é considerada competente, ele largou a agência quando as investigações da Lava-Jato estavam adiantadas e empreiteiros eram conduzidos à carceragem da Polícia Federal em Curitiba.

O que eu quero dizer é o seguinte: ele saiu por algum motivo. Ele sentiu que as coisas estavam acontecendo e podiam chegar nele. Eu só queria essa confirmação, porque isso não altera o processo contra o Sr. Hoffmann. Então, ele saiu de livre espontânea vontade? Ele foi demitido? Como é que foi isso aí? Poderia responder?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Eu vou me manter em silêncio, com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, eu não vou fazer pergunta, porque já sei que o depoente não vai falar. Mas eu queria fazer um comentário que acho oportuno.

Primeiro, é importante: muitas vezes nós mesmos, Deputados, caímos no erro de descredenciar a própria CPI. Eu acho que nós precisamos saber que qualquer oitiva é feita através de um requerimento que foi apresentado por um Deputado, que foi discutido numa audiência e foi aprovado. Caso se chame um



depoente novamente, há um porquê de se chamar o depoente. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que nós, em algumas situações, inclusive somos criticados pela imprensa, dizendo que se está gastando dinheiro público para se vir ou fazer oitivas. Mas é importante. Nós temos de cumprir o nosso papel de vir porque, senão, depois nós vamos ser acusados de que a CPI não quer ouvir os empreiteiros, não quer ouvir o dono da maior empresa do Brasil, a CPI não quer ouvir os diretores.

E nós estamos aqui, estamos perdendo tempo de trabalho. Todos nós somos ocupados. Eu estou aqui em Curitiba, com V.Exa., desde a segunda-feira. E nós estamos aqui cumprindo o nosso papel, inclusive para não sermos omissos e depois acusados de estarmos, de uma forma intencional, não ouvindo todas as pessoas.

Então, eu acho que, por uma questão de justiça e de responsabilidade, tem de ser colocado isso aqui — entendeu, Sr. Presidente? Nós temos aqui todo o Brasil nos acompanhando, e é importante que se diga que a CPI tem avançado, tem perguntado.

Agora, lamentavelmente ocorre o que eu disse ontem: a CPI tem andado atrás porque efetivamente há a delação premiada, que tem informações que nós não temos. E quando se vai perante o Supremo Tribunal Federal, ele identifica que o réu tem o direito, inclusive dentro do seu processo jurídico, de não falar à CPI. Mas nós temos a obrigação de cumprir o nosso papel.

Era esse o registro que eu queria fazer de uma forma clara. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, a palavra não está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu só quero pedir um aparte. Eu posso pedir um aparte?

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não, pode falar, Deputado Ivan Valente. Eu dou o aparte a V.Exa. Mas eu dou, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu vou dar a palavra ao Deputado Ivan Valente. Essa discussão...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu só queria pedir um aparte, Sr. Presidente, só para uma consideração. Eu queria pedir um aparte, Sr. Presidente. O Deputado está concedendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, eu darei o aparte a V.Exa. Eu quero falar antes de V.Exa. Eu vou falar antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, pois não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero primeiro dizer, Deputado Augusto Coutinho, que eu concordo em número, gênero e grau com V.Exa. Eu não posso dizer que nós ficamos satisfeitos aqui quando um depoente vem, como o Sr. Ricardo Hoffmann, e não responde aos questionamentos. Mas a obrigação da CPI é vir até aqui e inquerir e perguntar.

Ontem também havia uma previsão de que os seis depoentes não falariam. Um falou, mesmo que minimamente, mas falou. Então, a CPI é isto: é, na verdade, essa insistência e essa persistência com os limites.

Hoje eu pude dar uma entrevista pela manhã, para uma cadeia de rádio importante do Estado de São Paulo, e dizer: "*A CPI vive dessa persistência*". Nós temos que ter essa persistência para poder não só avançar na investigação, mas também para poder ter um relatório que venha condizer com a realidade do que a PETROBRAS sofreu e um relatório que venha propor um avanço na legislação, que trate também sobre o funcionamento das futuras CPIs, para que elas não enfrentem os problemas que nós estamos enfrentando.

Agora, a CPI não vir a Curitiba, a CPI não convocar, a CPI não vir insistir naquilo que é a sua obrigação? Aí, sim, a CPI deixa de cumprir o seu papel. Mas nós estamos aqui de cabeça erguida, porque estamos aqui respaldados por lei, pela Constituição, pelo Regimento Interno da Casa. E vamos cumprir o nosso papel. O nosso papel nós vamos cumprir.

E aqui eu quero parafrasear Garrincha, quando foi chamado para uma conversa antes de um jogo contra a Rússia. O técnico dizia: "*Nós temos que fazer isso, fazer aquilo, fazer isso, fazer aquilo*". E ele disse: "*Já combinaram com os*



russos?” Então, nós aqui não temos como combinar com os depoentes previamente quem vai falar e quem não vai falar. Então, como nós não podemos combinar com os russos, nós temos que ir a campo, jogar e tentar ganhar o jogo. Eu acho que esse é o papel da CPI.

O Deputado Ivan Valente tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Primeiro eu queria só tirar uma dúvida: quem falou em combinar com os russos foi o Garrincha ou foi o Feola, o técnico? Entende? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É verdade.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É preciso esclarecer isso aí para a CPI.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quem falou foi o Garrincha. O Feola deu a ordem, e o Garrincha perguntou se ele havia combinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu não vou discutir com o Deputado Ivan Valente sobre futebol, até porque não é tema da CPI. O Deputado Ivan Valente sabe...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O Presidente tem razão: quem falou foi o Garrincha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Ivan Valente sabe mais do que eu que foi o Garrincha que falou. Eu não vou discutir aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas, Sr. Presidente, eu estou só fazendo esta consideração porque, veja, eu sou convocante do Sr. Hoffmann e estou aqui. Esse não é o problema. O problema é que eu acho que uma CPI tem o direito de convocar qualquer um que é aprovado lá e pode investigar.

O que eu quero é que depois nós façamos uma lista. Isto é previsível: por que uns são ouvidos e outros não são? Essa que é a questão. É a segunda vez que o Sr. Hoffmann é ouvido. É disso que eu estou falando. Não é que ele não tenha o que falar, é que há novidade mesmo. O Deputado Celso Pansera tem razão nisso aí: há novidade no que ele falou, no que ele depôs lá. Então, você pode ouvir duas vezes, três vezes, etc.



Mas existe gente que nunca foi ouvida, embora os requerimentos tenham sido aprovados ou deixados de ser aprovados durante meses, porque não se quer trazer pessoas que vão falar — o pior é isto —, que vão falar. Então, passa-se para fora a impressão de que a CPI está perdendo tempo. Eu queria fazer essa consideração.

E volto à questão: eu vou ofertar à CPI uma lista de nomes que acho que é bem provável que falem — e falem mesmo, entende? E muita coisa é importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Ivan Valente.

O Deputado Carlos Andrade é o próximo inscrito.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Bom dia a todos, Sr. Presidente, Deputado Hugo Motta, Srs. Deputados, imprensa presente.

Sr. Ricardo Hoffmann, eu teria apenas um comentário e quatro perguntas. Eu sei que o senhor tem uma estratégia de defesa, mas, só para resgatar a sua memória, o senhor descreveu para o *Jornal do Povo* o seu primeiro encontro com a Presidente Dilma, na época Ministra e pré-candidata à Presidência da República. Pelo tom das suas declarações, V.Sa. demonstrou ter certo apreço e admiração pela Presidente, inclusive avalizando o caráter da Presidente Dilma. Quem o levou a esse encontro?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Com todo o respeito, eu vou me manter calado, exercendo o meu direito constitucional.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Poderia contar como foi esse encontro?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Seguirei calado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Poderia dizer qual foi o teor da conversa?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Continuarei em silêncio, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Qual o seu nível de proximidade, Sr. Hoffmann, com a Presidente da República?

O SR. RICARDO HOFFMANN - Continuarei em silêncio.



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Indago se há mais algum Parlamentar que deseja fazer algum questionamento. *(Pausa.)* Não havendo mais Parlamentares inscritos, eu dispenso o Sr. Ricardo Hoffmann e já convido o Sr. Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura a tomar assento à mesa.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sr. Fernando, advirto que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, tendo em vista o teor dos requerimentos aprovados, sendo-lhe garantidos todos os direitos constitucionais inerentes a sua condição, inclusive o de permanecer em silêncio e ser assistido pelo seu defensor constituído.

Informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido ao convidado será de até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Eu me reservo o direito de ficar em silêncio, por orientação do meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Luiz Sérgio tem a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Fernando, o Presidente desta Comissão tem a prerrogativa de transformar esta reunião em uma reunião reservada, numa reunião fechada. Se o Presidente optar por esta prerrogativa que tem, V.Sa., dependendo da pergunta, estaria disposto a contribuir com esta Comissão?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Qual é a relação que V.Sa. mantinha com o Sr. Milton Pascowitch?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Vou ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, como tenho procedido em todos os outros casos, como o silêncio não traz nenhuma contribuição a esta relatoria, eu devolvo a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O 1º Sub-Relator, Deputado Altineu Côrtes, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - Sr. Fernando, o senhor tem todo o direito de exercer o direito de ficar em silêncio. Mas nem a algumas perguntas que não forem incriminá-lo em nada o senhor poderá responder?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - O senhor é uma figura central nessa corrupção da PETROBRAS. O senhor é tido como quem indicou Renato Duque. Onde o senhor conheceu Renato Duque? Em que ano?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - O senhor utilizava familiares do senhor para receber propina. O senhor não acha que teria aqui oportunidade de esclarecer uma situação como essa, que envolve a família do senhor, três filhos, um irmão, um sobrinho? Eles sabiam que aquilo era propina, o que entrava nas contas deles?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Eu me mantenho em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEES - Qual era o seu percentual nesse negócio da PETROBRAS? Quanto o senhor ganhou com isso?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Permaneço em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor era filiado a algum partido político?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Nenhum.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pelo menos o senhor respondeu a uma pergunta sem se incriminar. Está vendo como não faz mal? O senhor até gostou, está dando um sorriso. *(Riso.)* Não faz mal nenhum, doutor, mas até alivia. O senhor até sorriu.

Eu tenho muitas outras perguntas. Vou fazer mais duas perguntas para o senhor responder aqui, que também não vão lhe incriminar. Eu vejo que não tem nenhum problema. Além da PETROBRAS, o senhor indicou alguém para algum outro órgão do Governo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Eu me reservo o direito de ficar em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Se o senhor dissesse “não” já aliviaria aí essa...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Não.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não? Então? Duas respostas.
Para quem o senhor prestava contas?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Essa é difícil, não é doutor?
Sr. Presidente, também tenho aqui 18 perguntas. Eu vou registrar as perguntas.

Mas quero dizer ao senhor, Dr. Fernando Moura, que eu não sei... Obviamente o senhor está aí acompanhado dos seus advogados — eu respeito os advogados, tenho profundo respeito pela advocacia —, mas eu não sei como a



estratégia de defesa pode funcionar numa situação desta, que não seja a de o senhor falar toda a verdade.

E a última pergunta que eu vou fazer: o senhor já conversou sobre uma colaboração premiada, uma delação premiada? O senhor pensa nisso? Essa é a última pergunta que eu vou fazer ao senhor.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Pois é. Então, eu espero que o senhor consiga colaborar com o Brasil, para nós esclarecermos o maior caso de corrupção, em que, em minha opinião, o senhor é um personagem centralíssimo, porque o senhor indicou um dos diretores, que é responsável por um rombo de bilhões e bilhões de reais à PETROBRAS — que teria sido indicado pelo senhor —, que é o Renato Duque. Quer dizer, se o senhor indicou o Renato Duque, o senhor está ali junto com ele na responsabilidade de bilhões e bilhões de reais desviados, que já foram aí delatados por diversos personagens dessa história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Bruno Covas é o próximo Sub-Relator e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Fernando, o senhor conhece o Sr. Milton Pascowitch?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. Milton Pascowitch afirmou que o senhor recebia mensalmente 180 mil reais de propina de contratos que a Hope e a Personal Service tinham com a PETROBRAS. O senhor conhece a acusação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode confirmar ou negar essa acusação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ele também afirma que o senhor recebeu 5 milhões e 300 mil reais, pagos mediante transferência a seu irmão Olavo, a seu filho Leonardo, a sua filha Lívia, a sua filha Anita e a seu sobrinho Tiago. O senhor pode confirmar ou negar essa afirmação?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Sr. Júlio Camargo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor conhece o Sr. Pedro Barusco?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode confirmar ou negar que o senhor representava os interesses de José Dirceu nos negócios envolvendo a PETROBRAS?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, dado o silêncio da testemunha, vou encaminhar as outras perguntas por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli. (*Pausa.*) S.Exa. não vai fazer nenhum questionamento.

O Deputado Delegado Waldir tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Srs. Advogados, bom dia, Sr. Fernando Moura. Eu vi que o senhor respondeu a uma ou duas perguntas (*riso*), mas, na maior parte do tempo, reservou-se o silêncio. Mas vou fazer alguns questionamentos ao senhor, dentro daquele direito constitucional do Parlamentar de questioná-lo.



Eu gostaria de saber o seguinte, se o senhor puder responder, é claro: se os valores recebidos pelo Sr. José Dirceu — segundo as investigações apontadas pela Polícia Federal, é matéria hoje de todos os jornais — foram superiores àquelas recebidas pelo Duque. Isso, segundo as informações e as perícias realizadas já pela Polícia Federal. É o que consta nos jornais hoje. Não sei se o senhor já leu os jornais hoje, mas é o que consta hoje: que as propinas recebidas pelo José Dirceu foram bem superiores àquelas recebidas pelo Duque.

Eu queria saber do senhor se esse diferencial de recebimento de propina, do José Dirceu para o Duque e para outras pessoas da organização, é escala de propina em relação à ocupação de cargos nessa organização criminosa. Quanto mais no alto mais recebia “dindin” ou “pixuleco”?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k. Obrigado.

Vamos lá para uma segunda pergunta, uma segunda questão. O Renato Duque, num determinado momento, teria sido cobrado porque ele não estava repassando o valor das propinas adequadas. Parece que o repasse não estava funcionando como previsto, e o PT teria reclamado que a grana ideal não estava chegando às campanhas políticas. E aí foi mudada a pessoa responsável por fazer essa transação. O senhor confirma isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Silêncio. Bacana!

Voltando àquela questão que o Deputado Bruno Covas fez lá, dos 180 mil mencionados pelo Milton, nós temos um detalhe importante ali. Nas investigações que nós realizamos, as informações que conseguimos diziam que o senhor recebia mensalmente 180 mil reais de propina. Isso é informação que está nos autos, em algumas delações, alguns depoimentos e outras provas. Mas o detalhe importante, Deputado Bruno Covas e caro Presidente Kaio Maniçoba, é que surgiu uma surpresa aqui: diziam que, dessa propina que o senhor recebia, o senhor



tinha que dividir uma parte com o Vaccari. Era “pixuleco” para cá, “pixuleco” para lá. É verdadeiro isso ou é mentiroso? Segundo as investigações e as delações...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Silêncio. O.k.

Vou fazer um último questionamento ao senhor. Eu vi ali que o senhor mencionou, respondeu que não é filiado a nenhum partido, não é? Nenhum partido. Eu acho que é até vantajoso não ser filiado a nenhum partido. O senhor viu o Sr. José Dirceu? Vai ter que se desfiliar. O Vaccari também. Estão abandonados aqui. O PT abandonou os seus membros, e vão ter que se desfiliar. Então, é melhor não ser filiado, porque você sabe que já vai ter que contratar advogado, vai ter que gastar, porque alguns partidos não servem para muita coisa não, a não ser para arrecadar. Enquanto estivesse passando o “pixuleco”, está tranquilo, quando parasse o “pixuleco”...

Eu gostaria de saber... O senhor é uma pessoa influente, nós temos conhecimento da facilidade com que o senhor tem entrado em vários gabinetes, as pessoas com quem o senhor se relacionava eram pessoas queridas na República nos últimos 12 anos. E uma das informações que estão na nossa investigação, no trabalho realizado em conjunto por nós Deputados, pelas nossas assessorias e que está nos autos já da Justiça Federal: o mensalão e o petrolão, se a origem deles e as ordens para que eles funcionassem teriam saído do Planalto, do ex-Presidente Lula, e mantidas pela Presidenta Dilma, visando à arrecadação de valores para as campanhas. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Obrigado, Deputado Delegado Waldir.

Passo a palavra agora ao Deputado Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*) O Deputado não se encontra.



Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes. (*Pausa.*)

Passo a palavra agora ao Deputado Alberto Filho.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, mais uma vez, aqui nós nos deparamos com o silêncio por parte de mais um depoente, silêncio este dito constitucional, através de *habeas corpus* concedido pelo STF. Mas aqui queremos registrar algumas perguntas, e as demais vamos encaminhar à Mesa, para que constem das notas taquigráficas.

Eu indago ao Sr. Fernando Moura se realmente foi ele que indicou o Sr. Renato Duque como dirigente da PETROBRAS, para dirigir a PETROBRAS.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas o senhor balançou a cabeça como “não”? Então, a resposta é “não”?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Muito bem.

V.Sa. representava os interesses de José Dirceu na PETROBRAS, como operador de propina?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, as demais perguntas encaminho por escrito à Mesa. Por enquanto, é só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Agradeço ao Deputado Alberto Filho.

Passo a palavra agora ao Deputado Celso Pansera.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Presidente, eu quero só fazer um comentário. Na semana passada, na acareação, nós tivemos um problema com um depoente, em que eu fui acusado de estar pressionando a família dele através de requerimento de CPI.

Eu estava aqui anotando, Sr. Presidente, numa rápida anotação: Paulo Roberto Costa, José Dirceu, Júlio Faerman, Renato Duque, o falecido Deputado



Janene, os ex-Deputados André Vargas e Pedro Corrêa, todos eles são acusados de ter envolvido a família de uma forma ou de outra, no esquema de lavagem de dinheiro da PETROBRAS. E agora nós temos aqui o Sr. Fernando Moura, também acusado de ter envolvido a família no esquema de lavagem de dinheiro. Veja como é uma prática comum nesse cartel que se formou em torno da PETROBRAS, na Lava-Jato, o uso de familiares envolvidos na questão da lavagem de dinheiro em si, transferência ilícita de dinheiro.

Então, só quero que fique registrado, Presidente Hugo Motta, que julgo que aqueles meus requerimentos eram corretos e continuam atuais, porque de fato é uma prática daqueles que se envolveram na Lava-Jato envolverem seus familiares na questão de lavagem de dinheiro.

Eu vou consignar as minhas perguntas. Eu só queria perguntar para o advogado: o Sr. Fernando Moura está preso desde que época? Em que dia ele foi preso?

O SR. ADRIANO SCALZARETTO - Três de agosto. Está completando 1 mês.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Três de agosto, não é? Exatamente. Na operação que envolveu um conjunto de ações da Polícia Federal em torno de verbas publicitárias, não é isso?

O SR. ADRIANO SCALZARETTO - Verbas publicitárias?

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Foi na mesma operação, não foi?

O SR. ADRIANO SCALZARETTO - Não.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Está bom.

Sr. Presidente, eu vou consignar as minhas perguntas depois para a Mesa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria iniciar fazendo uma pergunta ao Sr. Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura. É uma pergunta de caráter pessoal, a que o senhor pode responder. Vendo os nomes aqui citados, inclusive com o parentesco



com o senhor, eu me lembrei: eu fui Deputado Estadual duas vezes por São Paulo, e havia o Deputado Erbella, de Presidente Venceslau. Ele é parente seu?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

Ex-sogro.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ex-sogro, não é? Falecido já?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

Não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ainda não? Erbella está bem de saúde? É que eu não o vejo há muito tempo.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

Quem faleceu foi meu pai, que também foi Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Como?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

Quem faleceu foi meu pai, que também foi Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, sim. Qual é o nome, por favor?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

Olavo Hourneaux de Moura, por São Vicente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, pois não.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

Ele dobrava com o avô do Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim. Eu me lembro do Deputado Erbella lá. E estou vendo aqui que, no envolvimento de V.Sa., há também familiares, filhos, parece-me. São seus filhos o Leonardo e a Anita? São filhos do Deputado Erbella?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

São netos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - São netos do Deputado Erbella.

Eu só queria perguntar isso, porque estou tentando formar uma linha. Se o senhor puder colaborar... O Deputado José Dirceu, o ex-Deputado José Dirceu também foi Deputado Estadual nessa época, pelo PT. Eu fui do PT durante 25 anos, o que é público e notório, e estou há 10 anos no PSOL. Eu fui fundador do



PT com muito orgulho, nos bons tempos do PT, não é? E o Erbella tinha uma relação de muita admiração pelo PT na época, pela ação contundente do PT, como o PSOL é hoje, certo?

Então, eu queria entender. Eu tenho aqui uma citação do ex-tesoureiro do Diretório Estadual à época, o Sr. Sílvio Pereira. O senhor o conhece?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Sílvio Pereira era de Osasco e foi do Diretório Estadual.

O senhor falou que não é filiado a nenhum partido, não é?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Não, não sou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nunca foi filiado a nenhum partido?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Fui filiado, há muito tempo, ao MDB.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ah, o senhor já foi filiado.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Não ao PMDB; ao MDB.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ao MDB. O Erbella era do...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
PFL.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - PFL.

Então, fazendo um elo, realmente todas as acusações aqui, o fio da meada das investigações estão demonstrando que o senhor tem algum elo com o ex-Deputado José Dirceu, o ex-Ministro José Dirceu, e o senhor teria indicado o Renato Duque. Isso não é verdadeiro?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é a sua profissão, que eu não consegui ainda...



O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

Eu me formei advogado e administrador de empresas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E é...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -

E exerço a profissão de empresário. Eu tenho uma empresa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas o senhor atuava em São Paulo ou no interior de São Paulo?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - São Paulo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor atuou sempre em São Paulo. E Renato Duque é carioca, não é? Que eu saiba, é, ou pelo menos foi nomeado para a Diretoria lá no Rio de Janeiro. O senhor conhece o Sr. Renato Duque, pelo menos?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Muito bem. Eu acho que nesse esquema todo aí pelo qual o senhor foi detido — está preso desde o dia 3 de agosto —, pelo que eu li dos autos do processo, o senhor deve ter sido citado pelo Sr. Milton Pascowitch. O senhor o conhece?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Deputado Ivan Valente, eu respondi algumas perguntas porque eu tenho respeito muito grande pelo senhor, conheço o senhor já de muito tempo, desde o início, mas vou permanecer em silêncio em todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não. Pelo indiciamento da PF, Milton Pascowitch declarou que Fernando Moura seria um dos beneficiários do esquema de desvios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só um instantinho, Presidente. Fernando Moura seria um dos beneficiários do esquema de desvios que se instalou no âmbito da PETROBRAS, em que fornecedores, seja de obras, seja de



serviços, eram instados a pagar uma percentagem de contratos para manutenção da condição de fornecedores. Fernando Moura teria sido responsável pela indicação de Duque na Diretoria de Serviços da PETROBRAS e seria um dos beneficiários desse esquema em conjunto com José Dirceu.

E aqui está dizendo que o senhor recebeu cerca de 180 mil reais por mês, através das empresas Hope e Personal, e que tais valores equivaleriam hoje, sem correção, a aproximadamente 8 milhões 640 mil reais. O senhor confirma esses valores?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria dizer o seguinte: realmente eu tendo a achar, Presidente, que o Dr. Fernando Moura tem uma importância na estrutura porque ele tem também uma relação com Júlio Camargo. E Júlio Camargo é uma figura central no esquema da PETROBRAS, inclusive a figura que acabou definitivamente acusando o Presidente da Câmara dos Deputados de ter recebido 5 milhões de dólares. E o senhor também está citado aqui como conhecedor do Sr. Júlio Camargo, ou seja, uma pessoa importante na estrutura, junto com o Sr. Milton Pascowitch. A sua condição é de delação premiada já?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso poderia ser esclarecido pela Mesa, pelo Relator? Ele está na condição de delação premiada neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu posso checar se o Sr. Fernando Moura...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Os advogados poderiam esclarecer isso?

O SR. ADRIANO SCALZARETTO - Foi convocado na condição de investigado e...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ainda não de delação premiada, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Ele está na condição de investigado. Se ele está fazendo delação ou não foi o que eu pedi para saber. Nós não temos essa informação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

Para finalizar, fazendo toda a estruturação, queria dizer ao Sr. Fernando Moura que, pelo conjunto de delações que já foram feitas pelo Sr. Pascowitch e também pelo Júlio Camargo, que tem condições de esclarecer todas essas questões, fica claro que o senhor tinha uma participação efetiva no esquema. V.Exa. nega então? V.Exa. está fazendo assim com a cabeça.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só silêncio!

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Deputado, eu fiquei fora do Brasil de 2004 a 2014.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ficou fora do Brasil? Em que país o senhor...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Nos Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Em estudos e trabalho?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bom, eu acho que, de qualquer forma, alguma informação o senhor prestou. É o que eu tenho a dizer, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não vai fazer questionamentos.



Com a palavra o Deputado Carlos Andrade. Enquanto o Deputado Carlos Andrade fala, vou fazer chegar às mãos do Deputado Ivan Valente a confirmação de que foi Garrincha que falou, não foi o Feola. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Presidente, não precisa de tudo isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu só queria esclarecer essa dúvida, porque essa dúvida o povo brasileiro quer saber, entende? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como aqui os depoentes...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Um bom resultado na CPI...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Nesse caso tem que combinar com o francês, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Como os depoentes não estão respondendo os questionamentos, e V.Exa. levantou esse questionamento, eu estou respondendo, para que V.Exa. não sai daqui sem nenhuma resposta.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que V.Exa. estava sentindo a minha falta aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não tenha dúvida.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não tenha dúvida, Deputado Ivan Valente. Não tenha dúvida.

Sr. Fernando, o seu nome completo é Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Sim.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor se considera um lobista?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - A sua delação foi o ponto crucial para a deflagração da Operação Pixuleco, no 17º...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - ...capítulo da Lava-Jato, que culminou com a prisão do ex-Ministro-Chefe da Casa Civil José Dirceu. O dinheiro era referente a um contrato da empreiteira Engevix com a estatal. Além de Dirceu, o senhor e outros seis suspeitos foram capturados pela Polícia Federal.

Eu tenho algumas pergunta. A primeira pergunta é: da propina que V.Sa. recebia, quanto era destinado para José Dirceu?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Quanto era a sua parte?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - V.Sa., como amigo de José Dirceu, acredita que possa existir uma boa intenção no esquema de corrupção da PETROBRAS que culminou no enriquecimento de Dirceu e no sucateamento da estatal?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - *“Nós podemos observar que os pagamentos ocorreram na forma de doações, no valor global de 5 milhões e 300 mil, no período de 2009 a 2010”*, afirmou Milton Pascowitch. O senhor confirma esses valores?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Sr. Fernando Moura, o senhor disse que ficou fora do Brasil de 2004 a 2014, disse também que tem uma empresa; é advogado, é administrador de empresas e abriu uma empresa. Primeiramente, queria saber quando o senhor



abriu essa empresa. E, nesse período em que o senhor esteve fora do Brasil, nos Estados Unidos, quem tocava a sua empresa aqui no Brasil?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Diga só “sim” ou “não”. A sua empresa está em atuação, está em vigência no Brasil?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Mantenho o silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Fernando Moura, quando o senhor desceu ali as escadas com dois policiais federais, um à frente, outro atrás, e o senhor com as mãos para trás, eu comecei a pensar: o senhor é uma pessoa que teve um nível de importância gigante dentro dessa organização, tanto que fez indicações de Diretorias na PETROBRAS, era sócio do Dirceu, enfim, tinha uma relação. Pelas informações que nós levantamos aqui, o senhor era considerado um homem poderoso. O senhor não confirma isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor diz uma coisa com gestos, com uma linguagem não verbal e fala outra coisa com a linguagem verbal. Eu prefiro acreditar nas suas reações, no “não” da cabeça, no “sim” da cabeça, às vezes num sorriso, num olhar. O senhor consegue nos dar muito mais informações, e essa comunicação não verbal contribui muito para os trabalhos da CPI.

Mas, continuando na minha linha de raciocínio, ao mesmo tempo, com toda essa força que o senhor tinha, o senhor fez essa afirmação aqui, porque quando alguém perguntou se o senhor era peça principal desse esquema, o senhor falou “não”, ou pelo menos o senhor fez o gesto não verbal de “não”. Quem seria, então, essa peça principal?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Também segundo o nosso levantamento — e todos já reafirmaram a esta CPI —, o senhor acabou envolvendo familiares. E familiares, Sr. Fernando Moura, é a coisa mais importante que um ser humano possui. No momento mais difícil da vida...

Eu trabalho com direitos humanos e, quando vou, por exemplo, a uma penitenciária, a um espaço de prisão, a mãe, o pai, o irmão, a pessoa pode ter cometido o pior crime que se possa imaginar — latrocínio, as piores barbaridades —, mas quando você conversa com o familiar, ele consegue destacar a qualidade daquela pessoa. Ele consegue dizer: *“Não, ele era bom. Foram as más companhias que... Por um lapso, ele acabou cometendo um determinado crime”*.

Ou seja, a família é o amparo, é a referência, é o espaço que lhe dá guarida; é o espaço que lhe dá proteção e que também você protege. Mas, em contrapartida, o senhor utilizou os seus familiares. Por que o senhor fez isso — utilizar filhos, irmãos, sobrinhos, para, de repente, participar de um esquema de corrupção? O senhor fez isso por conta própria ou eles sabiam disso também?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eram esses os meus questionamentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Bruno Covas pediu uma reinscrição e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Fernando, o senhor disse agora há pouco ao Deputado Ivan Valente que ficou de 2004 a 2014...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Eu me confundi: 2004 a abril de 2013.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Ficou de 2004 a abril de 2013 nos Estados Unidos. De forma ininterrupta?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor já disse que foi de 2004 a abril de 2013. Portanto, ou o senhor teve idas e vindas ao Brasil ou ficou nos Estados Unidos de forma ininterrupta. O senhor não pode esclarecer isso?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode fornecer cópia do seu passaporte à CPI, para sabermos se foi de forma ininterrupta ou...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor foi para lá com visto de trabalhador, o senhor foi com visto de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - A própria Polícia Federal pode fazer esse esclarecimento.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - É claro. Podemos depois até fazer requerimento aqui. Se ele respondesse positivamente, já poderíamos até enviar a solicitação, sem a necessidade de aprovar aqui um requerimento.

O senhor pode dizer em que condição foi para os Estados Unidos: com o visto de estudante, com o visto de trabalhador...

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode dizer se mantinha atividades profissionais lá nos Estados Unidos?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só para ajudar, Presidente, só para juntar com ele, eu acho que ele não vai responder, mas eu queria fazer esta pergunta: houve alguma motivação — digamos assim — até pessoal de o senhor retornar em abril de 2013 para cá ou já foi por conta da investigação?



O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - A pergunta pode ser para o depoente ou para o próprio advogado.

Sr. Fernando, o senhor teve algum envolvimento no mensalão?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA - Silêncio.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - O senhor disse “*silêncio*”, mas balançou a... A pergunta: então, não existe nenhum processo contra o senhor referente ao mensalão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais Deputados inscritos, eu dispenso...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Antes de V.Exa. dispensar o nosso depoente, eu só queria fazer uma pergunta. V.Exa. me permite ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria... Estava me lembrando de uma questão aqui, Fernando, que é a seguinte: eu lhe fiz uma pergunta sobre o Silvio Pereira. Eu me lembro de que, na posse do Presidente Lula, o Sr. Silvio Pereira tinha a função de levantar junto aos partidos e até dentro do partido nomes para indicações. E, nesse momento... O Renato Duque ficou muitos anos na PETROBRAS, na Diretoria de Serviço.

Eu não entendi. V.Sa. apareceu como um nome agora forte no processo. E eu estou fazendo essa ligação, porque V.Sa. tem ligação com o Silvio Pereira, tem ligação com a indicação do Duque e tem ligação também com o ex-Ministro José Dirceu. Então, eu queria entender a influência de V.Sa. nesse processo.

Eu acho que V.Sa. é uma figura incidente. Eu não me lembro de V.Sa. no PT. Não me lembro — isso é verdade —, mas, às vezes, os bastidores já estavam funcionando, entende? (Riso.) Então, como eu era da esquerda do PT, não passava por mim, mas estou achando que V.Sa. poderia me responder, pelo



menos, se conhece o Sr. Silvio Pereira, senão eu vou pedir, talvez, a convocação, Presidente, do Sr. Silvio Pereira para esclarecer essa questão. Ele, inclusive, foi colocado fora do esquema do mensalão, foi condenado à prestação de serviços. Ele pode ser convocado em condição de testemunha. Então, se V.Sa. quiser responder, adianta já. Já conhecia o Sr. Silvio Pereira?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Oi?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Eu me reservo ao direito do silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois não. Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, V.Exa. me permite? Muito rapidamente, não sei se foi questionado nos momentos em que eu fiquei fora, mas, pelo que eu percebi, o senhor é uma pessoa que possui informações valiosas, de cabelos grisalhos, como o Delegado Waldir também. O senhor cogita, em algum momento — os seus advogados o estão orientando —, fazer delação premiada ou colaboração com a Justiça?

O SR. FERNANDO ANTÔNIO GUIMARÃES HOURNEAUX DE MOURA -
Em silêncio, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não havendo mais Deputados inscritos para questionar o Sr. Fernando Moura, eu dispenso o convocado.

Eu convido os Srs. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto, para virem até aqui ao auditório para realizarmos a acareação. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não, Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Presidente, eu notei, neste último depoimento — a Deputada Eliziane inclusive também fez menção a isso —, que



durante vários momentos os Deputados questionavam e a testemunha às vezes fazia gestos com a cabeça de “sim” ou “não”. Eu gostaria de perguntar se esses gestos vão ser depois registrados como respostas do depoente, se isso vai, de alguma forma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só pode ser registrado se tiver sendo feito por parte da CPI o registro do vídeo da audiência, até porque só é possível ficarmos com o áudio e as notas taquigráficas. Então, eu não sei dizer se a audiência está sendo filmada pela *TV Câmara*.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Eu gostaria, então, neste caso, que fosse possível, nas notas taquigráficas, constar, mesmo que entre parênteses, que ele fez menção com a cabeça de “sim” ou “não”, mesmo respondendo que ia ficar em silêncio, porque isso aconteceu por diversas vezes durante esta oitiva.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado Bruno, eu acho que a própria fala nossa, dos Parlamentares, quando retratava essa movimentação, esse gesto não verbal, já consta na Taquigrafia e já nos ajuda.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Presidente, só para complementar o que disse o Deputado Bruno, ontem a sessão foi filmada, boa parte, pelos órgãos da imprensa. Se for necessário e se alguém o fez, nós solicitaremos essa parte para acréscimo junto com as notas taquigráficas. Isso será importante, sim. Eu acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - E de agora para frente, na hora em que isso novamente acontecer, eu peço ao Deputado que estiver inquirindo que faça o pedido do registro, porque aí já fica nas notas taquigráficas. Como é uma nova modalidade de resposta, onde o cara diz “silêncio”, mas balançando a cabeça, nós temos que ir evoluindo aqui.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pelo menos ele inaugurou essa nova modalidade, Presidente, aqui na CPI.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só quero deixar registrado que, no meu entender, as notas taquigráficas ficam registradas como palavra dita. No momento em que nós vamos interpretar como resposta gestos, é algo que... Amanhã o cara diz que foi a cadeira que balançou.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Isso fica nas notas taquigráficas, e depois cada um interpreta do jeito que quiser.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Cada um interpretar do jeito que quiser já é feito aqui pelos próprios Parlamentares. O que eu estou afirmando é que, do ponto de vista...

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Por isso o Direito é uma ciência humana, não uma ciência exata, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nota taquigráfica do que foi dito, do que foi falado, é exato. Pode haver interpretação, mas fica registrado como falado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - A solicitação é para que fique registrado. Depois o que nós vamos fazer com isso será debatido e discutido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu quero só pedir à organização da CPI, à Secretaria, porque eu acredito que todos os depoentes aqui, na manhã de hoje, vão querer e têm o direito de comunicar-se com seus advogados. E vejo uma maneira aqui de se encontrarem, já que estamos nos adaptando à situação, para permitirmos esse contato dos advogados com os seus clientes.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Passemos agora ao procedimento de acareação entre os Srs. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto.

Procedimento desta acareação:

Os Srs. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto compareceram perante o Plenário da CPI, respectivamente, nos dias 23 de abril, 19 de março e 9 de abril de 2015 para prestarem depoimentos, nos termos dos requerimentos aprovados pela Comissão.

Augusto Ribeiro de Mendonça Neto foi ouvido na qualidade de investigado colaborador, prestando o compromisso de dizer a verdade e renunciando ao direito ao silêncio, tendo em vista essa condição peculiar haver sido imposta, nos termos do art. 4º, § 14, da Lei 12.850, de 2013, que estabelece regras e condições aos investigados que se propõem à colaboração premiada em processos judiciais.



Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto foram ouvidos na qualidade de investigados.

Constam nos autos da CPI outros depoimentos prestados pelos acareandos, tais como Termos de Declarações prestados por Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto perante autoridades policiais na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Curitiba, datados de 17 de novembro de 2014 e 11 de maio de 2015, respectivamente.

O cotejo dessas assentadas demonstra a existência de diversas incongruências, trechos colidentes, inconsistências e referências de um a outro personagem da acareação. Por esta razão, justifica-se a realização do procedimento de acareação pela CPI da PETROBRAS, que busca, diante das versões divergentes, a verdade real dos fatos.

Esta Presidência faz inicialmente alguns esclarecimentos relacionados a esta acareação:

Considerando que Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto respondem a processos criminais perante a 13ª Vara Federal de Curitiba, Paraná, e que Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto encontram-se atualmente presos sob custódia daquele Juízo, foi requerida a autorização para condução dos presos à CPI, a fim de que pudesse ser realizado o evento. Concedida a autorização, esta Presidência designou que a audiência fosse realizada na data de hoje, tendo as comunicações sido expedidas ao Departamento de Polícia Federal, com solicitação de providências nesse sentido. Também foram expedidas intimações aos advogados dos depoentes, comunicando a realização da acareação.

Srs. Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto, advirto que V.Sas. serão ouvidos na qualidade de investigados. Ser-lhes-ão garantidos todos os direitos previstos na Constituição e nas leis. Assim, prestará o Sr. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto o compromisso de dizer a verdade, renunciando ao direito ao silêncio, nos termos do art. 4º, § 14, da Lei nº 12.850, de 2013, já que se encontra na condição de investigado e colaborador em processos judiciais em curso.



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Senhores depoentes, nos depoimentos prestados por V.Sas. perante a CPI nos dias 23 de abril, 19 de março e 9 de abril de 2015, assim como nos termos de declarações prestadas por Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto perante autoridades policiais na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Curitiba, datados de 17 de novembro de 2014 e 11 de maio de 2015, respectivamente, foram encontradas divergências, contradições e inconsistências que, a juízo desta CPI, precisam ser explicadas.

Vamos aos questionamentos.

Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, Relator desta CPI.

Indago aos Srs. Parlamentares se mais algum deseja fazer a inscrição. Acredito que quase todos estão inscritos e, se houver o desejo de solicitação de inscrição, nós o acataremos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - A inscrição anterior serve para esta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Serve. Nós iremos manter a mesma ordem das inscrições feitas. Caso haja o desejo de algum Parlamentar fazer mais alguma inscrição, esta Presidência acolherá o pedido.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Augusto Mendonça, em um dos trechos da sua delação premiada, no interrogatório, V.Sa. responde: *“Conforme já fiz, já declarei em outros depoimentos, eu fazia um pagamento ao Dr. Pedro Barusco, ao Dr. Renato Duque, e havia um entendimento deles com o Dr. João Vaccari. Era um entendimento deles. O entendimento que eu tive com o Dr. Vaccari foram contribuições legais que ele solicitou e eu fiz através das minhas empresas, dentro dos limites legais estabelecidos”*.

O Juiz Federal Ihe faz uma pergunta: *“E essas contribuições não estavam relacionadas a esses valores de propina da PETROBRAS?”* A pergunta é do Juiz Federal. E V.Sa. responde: *“Não no meu caso”*. O Juiz Federal volta a Ihe perguntar: *“O senhor, na conversa que o senhor teve com o Sr. João Vaccari, o*



senhor mencionou que esses valores eram decorrentes de contrato da PETROBRAS?” O interrogado: “Não, não senhor”. O Juiz Federal volta a perguntar: “O senhor mencionou que o senhor estava procurando a pedido do Renato Duque?” “Não, não senhor.” “O senhor não explicou a origem desses valores, que isso era decorrente de acerto de propina com o Sr. Renato Duque.” “Não, não senhor.”

Então, eu pergunto: V.Sa. fez algum pagamento direta ou indiretamente a João Vaccari Neto? Se afirmativo, como eram feitos esses pagamentos? Em espécie ou em depósitos na conta do Banco do Brasil ou no exterior? Ou V.Sa. reafirma o depoimento prestado ao Juiz Sérgio Moro, de que, no caso dos pagamentos a João Vaccari Neto, foram, no seu caso, dentro do processo de legalidade?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu reafirmo o que eu falei no meu depoimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, eu repasso aqui ao João Vaccari.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Sr. Deputado, eu vou me manter em silêncio, conforme orientação do meu advogado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E ao Sr. Duque em relação a essa afirmação de que a relação dele era com V.Sa. e que a relação com o partido se dava da relação de V.Sa. e não através dele.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Bom, eu, conforme orientação do meu advogado — e eu devo segui-la —, eu vou me manter em silêncio. Eu só gostaria de deixar ressaltado que o Sr. Augusto é um mentiroso. Ele mente na delação, ele sabe que está mentindo. Mas eu, por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - V.Sa. tem algum comentário a fazer, diante da afirmação de que V.Sa. mente?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu confirmo tudo o que eu disse nos meus depoimentos.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A Advogada Catta Preta atuou em 9 dos 20 acordos de delação premiada firmados por investigados com o Ministério Público durante a Operação Lava-Jato. Esses 9 delatores são executivos da Julio Camargo, e V.Sa., Augusto de Mendonça, da Toyo Setal, o ex-Gerente de Serviços da PETROBRAS Pedro Barusco, o ex-Diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa, a esposa dele, as duas filhas e os dois genros. Carlos Eduardo Catta Preta, esposo da Catta Preta, foi flagrado e preso em 2001, no Alphaville, Grande São Paulo, com 50 mil dólares em notas falsas presos na cintura.

Segundo reportagem das jornalistas Mariana Barros e Larissa Borges, da revista *Veja*, agentes do DENARC — Departamento de Combate ao Tráfico de Drogas encontraram em sua casa ainda 350 mil dólares escondidos no banheiro.

Carlos Eduardo de Oliveira Catta Preta Júnior é personagem-chave na dinâmica da delação premiada. Se a advogada viabiliza e coordena as confissões, ele faz a contabilidade do negócio, trata dos trâmites de pagamento com as famílias e negocia valores. A estratégia é evitar o desgaste da relação entre advogada e delator, sobretudo diante das quantias vultosas negociadas com cada um dos acusados. Uma criminalista que prestou serviço a alguns clientes que já passaram pelo escritório da Beatriz relata que o marido é ex-policia.

Eu pergunto: a advogada Beatriz Catta Preta prestou serviço em seu acordo de delação premiada. Foi indicada por quem para V.Sa.?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Ela prestou, sim, serviços, e ela foi indicada pelo meu irmão, que é amigo do pai dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E qual foi a participação do ex-policia e marido da advogada Catta Preta, o Sr. Carlos Eduardo Catta Preta, nesse processo? A negociação financeira foi com ele?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - A nossa negociação financeira foi com os dois. Os dois participaram.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Em se tratando de uma delação em que ela atuou para aquele que pagou e para aquele que recebeu — o nosso papel aqui é também um papel de duvidar e de questionar —, não pode nesse caso



específico ter havido a combinação de dados entre os personagens em que ela advogou e negociou essas delações?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Acredito que não, porque, no meu caso, ela foi muito profissional porque eu fiz o... Ela foi contratada por nós, depois de ter feito já a do Paulo Roberto, e ela foi muito profissional, no sentido de não transmitir nada do que ele havia falado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Aqui pergunto tanto ao Sr. Vaccari quanto ao Sr. Renato Duque se esse papel da advogada de atuar nas duas pontas, entre quem diz que pagou e quem diz que recebeu, não leva a questionamentos de V.Sas.?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Seguindo a orientação do meu advogado, vou manter-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o Sr. Renato Duque?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu acho que o senhor mesmo já respondeu. Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O.k. Sr. Presidente, nós estamos aqui para uma acareação. Levando em consideração que o Sr. Renato Duque e o Sr. João Vaccari Neto optam pelo silêncio, o objetivo da acareação, a meu ver, está prejudicado, porque nós teríamos aqui uma nova oitiva do Augusto Mendonça.

Então, como o objetivo da acareação, em grande parte, está prejudicado, por ambos terem optado pelo silêncio, eu devolvo a palavra a V.Exa. para o prosseguimento. O objetivo da acareação, a meu ver, não será atingido, e nós não estamos aqui para ter, única e exclusivamente, um novo depoimento do Sr. Augusto Mendonça, que, como fez uma delação, evidentemente vai confirmar a delação que já apresentou à Polícia Federal, ao Juiz Sérgio Moro e ao Ministério Público.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quero só fazer uma questão de ordem, Presidente. É justamente isso que o Relator disse. Se nós estamos numa acareação, e pouco pode ser contribuído, pela já manifestada posição dos dois acareantes de não responder, exercendo o seu direito constitucional, o Sr.



Mendonça tem que, pelos menos no momento em que for responder, olhar para eles. Não adianta ficar olhando para o Relator ou para V.Exa., não!

A acareação é entre os três. Nós não estamos fazendo acareação entre mim e o Deputado Delegado Waldir, não! O Sr. Mendonça tem que fazer a acareação com o Sr. Duque e com o Sr. Vaccari, porque ele foi, inclusive, acusado de mentiroso, e ele responde olhando para o Relator! O Relator não está aqui fazendo acareação, não.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Altineu Côrtes é o primeiro Sub-Relator e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Olhe, Sr. Presidente, cada um dos nobres colegas aqui tem uma opinião, mas eu discordo deles, porque eu acho que uma coisa é o depoimento que o Dr. Augusto fez, e outra coisa é um estar olhando para o outro aqui. Cada um tem honra, tem família. São homens.

Então, quero fazer uma pergunta ao Sr. Duque. O senhor chamou o Sr. Augusto de mentiroso, mas ele citou o seu nome 85 vezes! Por que o senhor não usa esta oportunidade para se defender? Por que ele está fazendo isso com o senhor?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado Altineu, se ele citou meu nome 85 vezes, se ele citar pela 86ª vez, ele vai estar mentindo pela 86ª vez. Ele sabe que é mentiroso, mas eu vou seguir a orientação do meu advogado e ficar calado. Mas ele sabe que ele é mentiroso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - O senhor é um homem mentiroso? Ele chama o senhor de mentiroso. Por que ele está chamando o senhor de mentiroso?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Creio que é para se defender. Eu confirmo tudo o que eu disse.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES - Sr. Duque, o senhor esteve na CPI lá em Brasília. Eu até chamei o senhor de Pedro Barusco, e o senhor ficou bastante revoltado no dia.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - O senhor se enganou, só isso.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Realmente, eu me enganei. Mas eu queria fazer uma pergunta ao senhor. Paulo Roberto fez delação premiada. Cerveró fez delação premiada. Barusco fez delação premiada. Existem diversos empresários que o fizeram. Está aqui o Dr. Augusto, que fez delação premiada. Diversos empresários citaram o nome, a participação do senhor. Todos eles estão mentindo em conjunto?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, eu vou permanecer em silêncio, porque eu estou afirmando e volto a afirmar que o Sr. Augusto Mendonça está mentindo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor pensa em fazer delação premiada?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Augusto, o Sr. Renato Duque, onde o senhor entregou propina para ele?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Diretamente a ele eu nunca entreguei. Sempre entreguei através de terceiros.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Como é que foi a conversa do senhor com ele para sugerir a abertura da conta no exterior?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu nunca abri nenhuma conta para ele no exterior.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas o senhor sugeriu a abertura de uma conta? Foi o senhor que sugeriu?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, eu acredito que não. Deve estar tendo uma confusão, aí, com, talvez, o depoimento do Júlio Camargo.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Não foi o senhor que sugeriu?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Quantas doações... Quantas vezes o senhor fez acertos que seriam referentes à participação do Sr. Renato Duque? Como é que isso era entregue a ele? Para o senhor ser mais claro, porque eu fiz a primeira pergunta e acho que o senhor não foi...



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim. Entre ele e o Pedro Barusco... As conversas aconteciam principalmente com o Pedro Barusco, e uma boa parte das entregas era feita através do Mário Góes, que tinha uma empresa lá fora, uma conta lá fora, onde eram feitos os depósitos.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dr. Renato Duque...

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Alguns valores em dinheiro eles mandavam retirar no meu escritório.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Isso é verdade?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, eu vou permanecer em silêncio. Volto a insistir: esse senhor é um mentiroso contumaz. Na delação, ele cita Tigrão, é um nome que ele cita. É um absurdo alguém dizer que entrega fortunas para alguém de nome Tigrão; é o que consta da delação. Ele é um mentiroso, e eu vou permanecer em silêncio novamente.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Na realidade, eu estou aqui cumprindo um papel de relatar os fatos — eu vou fazer essa pergunta —, mas é que, quando ele chama o senhor de mentiroso e diz que o senhor não entregou o dinheiro a ele... O senhor entregou? O senhor entregou o dinheiro a ele? O senhor mandou entregar? Os recursos eram para ele?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - O nome dos terceiros, aí, então...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Enquanto Relator, acho que seria uma oportunidade que V.Sa. pudesse aqui relatar, então, quem é esse Tigrão, porque só...

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Quem são os terceiros?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Quem é? Porque ninguém entrega dinheiro a alguém, sabendo só um apelido. Onde é que mora esse Tigrão? Qual é a identidade desse Tigrão? Quer dizer, quantas vezes V.Sa. se reuniu com esse Tigrão?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Então, a pergunta é: quem é o Tigrão?



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Bom, eu não sei responder, porque talvez isso até seja um codinome, porque, pelo nome de Tigrão apareceram, talvez, três pessoas diferentes, com o mesmo nome, mas eram pessoas que iam retirar valores em espécie, no meu escritório, que haviam sido previamente combinados.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Com licença, Deputado. Eu vou permanecer em silêncio, mas ele cita que o Tigrão tinha entre 1,70 metro e 1,80 metro. Quer dizer, acho que grande parte da população adulta do Brasil atende à característica do Tigrão. Meio gordinho... Quer dizer, agora o Tigrão já são três pessoas.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Quem era que mandava o Tigrão ir lá ao escritório?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou ter que permanecer em silêncio, porque é complicado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dr. Renato Duque, eu vejo que o senhor tem, assim, uma ansiedade para falar. Por que o senhor não abre o coração do senhor? Marca a história do senhor no Brasil.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - O meu coração é aberto, só que eu sigo as orientações do meu advogado, que pede que eu permaneça calado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Mas olha, deixe eu falar uma coisa para o senhor aqui.

(Não identificado) - Advogado sofre, hein?

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O advogado do senhor, quando o senhor esteve lá na CPI... Faz quanto tempo isso? Queria que a assessoria aqui da CPI, da Mesa...

(Não identificado) - Foi em abril.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Dezenove de março.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Dezenove de março, Deputado Onyx, aqui... Abril, maio, junho, julho, agosto, 6 meses... Se o senhor tivesse feito, ali, uma participação...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Queira concluir, Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - ...uma colaboração premiada, talvez o senhor não tivesse passado esses 6 meses, aí, estando detido.

Então, para concluir, eu quero fazer uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - O tempo de 10 minutos já foi esgotado. Eu estou sendo complacente com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu tenho várias perguntas. Vou fazer a última pergunta: o senhor adquiriu obras de arte para o Dr. Renato Duque para pagar-lhe em forma de propina?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor, nunca.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Por enquanto, seriam só essas perguntas, Presidente. Tenho certeza de que mais para frente o senhor vai me reinscrever.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Já passo a palavra para o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Augusto Mendonça, o senhor então confirma que tratava com Renato Duque questões relativas a valores e formas de pagamento decorrentes de um esquema de corrupção dentro da Diretoria de Serviços da PETROBRAS?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor, confirmo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Renato Duque, o Sr. Augusto Mendonça mente pela 88ª vez?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Ou nona.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Augusto Mendonça, o senhor confirma que também foi o Sr. Renato Duque que pediu que V.Sa. fizesse contribuições ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor, confirmo.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Renato Duque, o senhor também poderia confirmar ou é mais uma...?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Nonagésima mentira.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Augusto Mendonça, eu queria entender. Essas contribuições ao Partido dos Trabalhadores eram abatidas do saldo de propina devido à Diretoria de Serviços?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor; eram, sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Renato Duque, o senhor confirma ou nega mais uma vez essa...

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou permanecer em silêncio, mas, se isso fosse verdade, eu daria diretamente, não precisaria dele.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor daria o quê? Ao PT?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Se eu tivesse que tirar propina do meu bolso para dar ao PT, eu a daria diretamente, não precisaria pedir para essa pessoa, porque ele não tem competência nem para fazer isso.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor confirma que esteve na sede do Partido dos Trabalhadores para tratar dessas contribuições com o Sr. João Vaccari?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor, confirmo.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O Sr. João Vaccari confirma que o Sr. Augusto esteve na sede do PT para tratar do pagamento dessas contribuições?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Seguindo orientação do meu advogado, vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O senhor pode confirmar, então, se não eram contribuições, eram "pixulecos"?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Seguindo orientação do meu advogado, vou me manter em silêncio.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Augusto Mendonça, quando foi a primeira vez que o senhor esteve na sede do PT para tratar com o Sr. João Vaccari pagamento de contribuições?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Talvez entre o ano de 2008 e 2009.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. João Vaccari, quando o senhor virou Tesoureiro do PT?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Augusto Mendonça, o senhor confirma que esteve pelo menos dez vezes com o João Vaccari para tratar do pagamento de contribuições ao PT?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, aproximadamente, sim.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. João Vaccari, o senhor confirma que esteve pelo menos dez vezes com o Sr. Augusto Mendonça?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Seguindo orientação dos meus advogados, vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Augusto Mendonça, o senhor confirma que em algumas ocasiões o Sr. João Vaccari ligava para o senhor cobrando o atraso no pagamento dessas contribuições?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Confirmando, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. João Vaccari, o senhor confirma que ligava para o Sr. Augusto Mendonça cobrando o atraso nessas contribuições?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Quando o senhor ligava para o Sr. Augusto Mendonça, o senhor também ligava para o Sr. Renato Duque para dizer que as contribuições estavam atrasadas?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter calado.



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Renato Duque, em algum momento o Sr. João Vaccari ligou para o senhor para reclamar de atraso no pagamento de contribuições ao PT por parte do Sr. Augusto Mendonça Neto?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, eram essas as questões que eu tinha que fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Valmir Prascidelli é o próximo Sub-Relator e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Augusto Mendonça, na semana passada, ou pelo menos há uns 10 dias, saiu uma matéria no jornal dizendo que o senhor mudou de versão num depoimento do senhor. Procede isto? O senhor mudou, de fato, de versão?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor, fiz uma...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E por que mudou de versão?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - ...correção.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas correção ou mudou de versão? Porque foi o que saiu no jornal.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, eu fiz uma correção, porque havia uma pergunta do Juízo se todos os valores que haviam sido remetidos através das empresas do Assad haviam sido para pagamento de propina, e eu havia dito que sim. Mas verifiquei que uma parte dos valores remetidos não se referiam a esse tema, não se referiam a pagamentos de propina da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E como é que fica a versão da afirmação do senhor agora? O Sr. Renato Duque está chamando o senhor de mentiroso. No entanto, considero que o senhor já entrou numa contradição aqui. O Relator perguntou ao senhor, inicialmente, com relação aos pagamentos de recurso, à transferência de recurso ao PT e leu um trecho do depoimento do senhor ao Juiz Federal.



Eu vou ler de novo uma parte do trecho: “*O entendimento que eu tive com o Dr. Vaccari foram contribuições legais que ele solicitou, e eu fiz através de minhas empresas dentro dos limites legais estabelecidos*”. O Juiz Federal, de novo, pergunta: “*E as contribuições não estavam relacionadas a esses valores de propina da PETROBRAS?*” O senhor diz: “*No meu caso, não*”.

Agora, o Deputado Bruno Covas acaba de perguntar, e o senhor diz que é fruto da propina. Isso, do meu ponto de vista, é uma contradição na sua versão dos fatos aqui. Então, no mesmo depoimento, o senhor disse, numa resposta, que é propina e, em outra resposta, que não é propina. Então, eu considero...

O senhor quer registrar qual está correta? A versão que o senhor falou ao Relator e ao Juiz Federal ou esta que o senhor falou agora ao Deputado Bruno Covas?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - É... Deputado, esta afirmação de que parte dos valores, a pedido do Renato Duque, eu fiz em contribuições oficiais ao PT e era relativo ao dinheiro que eu deveria dar a eles, eu falei, sim, desde a primeira declaração. E esta é a versão que eu confirmo. Confesso que, quando o Deputado leu — e está escrito aí que eu disse...

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Mas isso está no seu depoimento, não é? O Deputado leu o que está no seu depoimento.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - É, eu posso ter até me enganado nesse depoimento, porque eu fiz várias vezes esses depoimentos em situações diferentes.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor vai mudar de versão de novo? É isso?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, não vou mudar. A minha versão original, que é a que está no meu primeiro depoimento, é esta que eu estou falando agora e, se em algum depoimento eu disse que não, eu me enganei.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Bom, o senhor também falou aqui com relação...



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - E eu só queria fazer mais uma correção, que eu não falei a hora em que ele leu um pedaço aí em que a relação entre o Barusco e o Duque com o Vaccari era coisa deles. Efetivamente, eu não sabia disso. Não... Se falei alguma vez sobre isso, não sabia.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Pois bem. Do meu ponto de vista, considero que o senhor continua se contradizendo. O senhor...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Só para uma contribuição, Deputado, porque a fala é dele, e os dados foram retirados da delação dele.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Do depoimento dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, está bem. Abre aspas, porque são palavras dele: *“Conforme eu já fiz, já declarei em outros depoimentos,”* — então esse não foi o primeiro, porque, se foi em outros, foi um sequente — *“eu fazia um pagamento ao Dr. Pedro Barusco e ao Dr. Renato Duque. E, se havia um entendimento deles com o Dr. João Vaccari, era um entendimento deles”*.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Se havia.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - *“O entendimento que eu tive com o Dr. Vaccari foram contribuições legais que ele solicitou, e eu fiz através das minhas empresas, dentro dos limites legais estabelecidos”*. Essas são as suas palavras, que entram em contradição com o que V.Sa. afirma para o Deputado Bruno Covas.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Desculpe, eu... Eu havia entendido um pouco diferente.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sim, mas continuo — repito — entendendo que há uma contradição entre as respostas: aquelas que o senhor deu na Justiça, as que o senhor deu ao Relator e as que o senhor deu ao Deputado Bruno Covas.

Também há uma contradição com o primeiro depoimento que o senhor fez na CPI neste caso. Eu me lembro de ter perguntado ao senhor — estou sem as notas taquigráficas aqui — com relação aos repasses ao Partido dos Trabalhadores e a outros partidos, e o senhor repetiu — e eu gostaria que o senhor falasse aqui — que esteve oferecendo, por iniciativa própria, os recursos



por compreender que era necessário fazer a defesa da indústria nacional. O senhor reafirma isso?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - O que eu disse no meu primeiro depoimento e o que eu quero confirmar aqui é que o Renato Duque me pediu para fazer parte dos valores que deveriam ser repassados a eles como contribuições ao PT, e foi exatamente isso o que eu fiz. Procurei o escritório do Sr. Vaccari, fui lá e disse que queria fazer contribuições ao PT. A ele eu posso ter dito que eram contribuições espontâneas. Eu não disse nada a ele que tinha a ver com PETROBRAS ou com qualquer outra coisa desse tipo.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ao Sr. Vaccari o senhor não disse nada?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, ao Sr. Vaccari não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então era por livre e espontânea pressão?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Era a ele. Era por livre e espontânea vontade. A pedido dele, que era com quem eu tinha um compromisso.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor... Para eu concluir as perguntas ao senhor e tentar fazer as perguntas...

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não sei se ficou claro para o senhor. Essa é a minha afirmação. Se na CPI eu falei de forma diferente, posso ter me enganado na hora de me expressar, mas eu só queria deixar isso claro neste momento.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Entendi. Tá.

Com relação à advogada do senhor — também já foi perguntado aqui pelo Relator —, o senhor disse que ela não transmitiu as informações referentes, por exemplo, ao Sr. Paulo Roberto Costa... Do Sr. Paulo Roberto Costa ao senhor ou vice-versa. Agora, o senhor não considera que foi construída uma narrativa, já que são nove os depoentes que fizeram delação premiada? O senhor não considera que haja uma narrativa construída?



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, eu não considero.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - O senhor não foi orientado para dizer uma determinada coisa ou um determinado fato, destacar?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Nunca fui, por ninguém.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu queria, Sr. Presidente, perguntar então para o Sr. Vaccari e para o Sr. Renato Duque. Eles estão dizendo que, seguindo orientação dos advogados, vão permanecer calados, mas os dois ontem foram indiciados pela Polícia Federal.

Eu queria perguntar para o Sr. Renato Duque, primeiro, se ele tem conhecimento do inteiro teor — ele ou o seu advogado — das acusações que lhe são atribuídas pela Polícia Federal.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, senhor. Soube pela televisão.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Vaccari, o senhor tem conhecimento do inteiro teor das acusações que lhe são atribuídas ou o seu advogado tem?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Em algum momento, Sr. Renato Duque, o senhor tentou obstruir a Justiça ou tentou destruir provas ou tentou impedir a investigação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Vaccari, em algum momento o senhor tentou obstruir a Justiça, destruir provas, impedir a investigação?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou manter-me em silêncio.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Considerando que o senhor não tem conhecimento do inteiro teor nem o seu advogado, Sr. Renato Duque, das acusações que lhe são atribuídas, o senhor acha que a sua prisão é um excesso? A Justiça, enfim, está excedendo em prendê-lo sem claramente lhe transmitir os motivos da prisão?



O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, eu tenho um sentimento pessoal, mas eu respeito a Justiça. Eu, como pessoa, como pai, como marido, como avô, eu realmente acho que 6 meses de prisão não têm justificativa, mas eu respeito a Justiça e estou aguardando que ela se pronuncie.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Vaccari, na mesma linha, o senhor considera...

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Em algum momento — só para eu concluir, Sr. Presidente — o senhor não se dispôs a colaborar com as investigações? E, quanto ao fato da prisão, como o senhor disse que tem a sua opinião pessoal e não vai expressar porque respeita a justiça, o senhor considera injusta, portanto, a sua prisão?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou repetir, Deputado: eu confio na Justiça e respeito a Justiça.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Vaccari?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Prascidelli. Vamos ao autor da acareação, o Deputado Onyx Lorenzoni, que tem a palavra por até 5 minutos. *(Pausa.)*

Quero pedir para V.Exa....

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - É que eu não posso sentar, em virtude de um problema de coluna. Mas daqui eu posso falar, não atrapalha em nada. Sr. Presidente, porque depois eu volto no meu tempo de inscrição, eu queria somar o meu tempo da liderança do Democratas, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. quer primeiro o tempo da Liderança ou o tempo das inquirições?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O tempo das inquirições e, depois, o tempo da Liderança. V.Exa. me ajuda me avisando quando entrar no tempo de liderança, tá?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, V.Exa. pode perguntar.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Primeiro, lembrar que no dia 19 de março...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, pela ordem. Não comprometendo a brilhante explanação do meu colega Onyx Lorenzoni, nós tínhamos feito um acordo — e eu também sou Líder de um Bloco — no sentido de que não haveria tempo de liderança aqui no Paraná durante essas oitivas. Eu quero saber se houve uma mudança nesse acordo feito por nós anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Nós fizemos um acordo, segunda-feira e ontem, de não haver o tempo de liderança, atendendo também os Deputados no que diz respeito a sermos complacentes com o tempo. E isso nós temos feito até agora. Os Deputados têm se excedido e, em nome dessa boa convivência, eu tenho, na verdade, atendido os Parlamentares para que eles esgotem todos os questionamentos. Eu indago aqui se algum Parlamentar deixou de perguntar, de segunda-feira para cá, tudo o que queria. (*Pausa.*) Então, todos perguntaram.

Então, com o Deputado Onyx, regimentalmente, nós não conversamos sobre esse acordo. Ele chegou hoje. É o primeiro dia que ele vem. Ele é o autor da acareação, não sabia do acordo e, por isso, pediu tempo de liderança. Como eu não havia falado com ele, é regimental que ele peça. Então, como o Deputado Aluisio coloca a existência desse acordo, indago a V.Exa. sobre ele. Mas digo que nós somos complacentes com o tempo aqui, de maneira razoável.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Está bem. O.k., Presidente. Depois, eu volto no tempo de inscrição, então, porque eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Então, nós temos um acordo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem. Antes do Deputado Onyx se manifestar, devemos organizar um procedimento aqui. Eu também farei questão de usar, regimentalmente o meu tempo de liderança, ou então que haja uma flexibilidade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Porque nós temos uma acareação com 3 pessoas e não será possível que, em 3 minutos, consigamos fazer alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu até sugiro, para que a gente tenha uma boa produtividade...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Flexibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para não ficar inscrição e reinscrição, eu vou ser complacente, para que todos os questionamentos sejam feitos, possam ser realizados. E, em sendo o caso, no caso de uma dúvida ou de uma excepcionalidade surgindo, volto a inscrever e darei um novo tempo ao Deputado Onyx, para que ele possa esgotar os seus questionamentos, a sua fala e para que a gente mantenha o acordo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Então, V.Exa. mantém o acordo — não é, Sr. Presidente? Mantém-se o acordo e relaxamos no tempo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Em 19 de março, o Renato Duque foi à CPI. E eu disse naquela oportunidade que todos que se calavam eram bandidos. O tempo está provando que a gente estava certo. Em 9 de abril, o tesoureiro Vaccari vai lá e tenta dar uma aula de como é que os partidos arrecadam. Lembro-me do *Power Point*. Uma semana depois ele foi preso — e está preso até hoje.

Da mesma maneira, o Sr. Augusto Mendonça Neto, quando esteve lá, no dia 24 do mesmo mês de abril, confirmou que esteve, em 2008, na sede do PT. E por que ele esteve em 2008 na sede do PT? Ele esteve lá para acertar com o Sr. João Vaccari, que, na época era um mero coletor de propinas da quadrilha que o PT montou na PETROBRAS... E por que é que eu digo isso? Porque há um depoimento aqui no E-proc de alguém que veio como testemunha deste cidadão, o ex-tesoureiro Paulo Ferreira, que já pegou um “pixulequinho” aí de 270 mil de um esquema no Ministério do Planejamento, da Consist, que disse — porque ele era o tesoureiro naquele período — que não havia nenhuma função para o Sr.



Vaccari exercer na Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. Ele era apenas membro do diretório. Ele desconhecia absolutamente, porque, naquela época, quem tratava do recolhimento de dinheiro oficial pelo Partido dos Trabalhadores era o Ex-Deputado Paulo Ferreira, que, aliás, já está enredado na questão do Consist. E ele esteve lá exatamente para iniciar os 4 milhões de reais que foram transferidos entre 2008 e 2011, Sr. Augusto Mendonça Neto, começando com a primeira doação em 23/10/2008 — portanto, o senhor foi antes do dia 23/10 —, de 100 mil reais para o diretório do PT da Bahia. E esta doação foi feita pela PEM Engenharia — tal como está exatamente na ordem de pagamento — e pela Projetec, que são empresas do grupo do senhor. E, depois, tem toda a lista aqui, o Ministério Público já catalogou, dos depósitos feitos àquela época.

O Sr. Renato Duque diz que o senhor está mentindo. Só que não é a opinião do Ministério Público. Eu recebi a informação de que houve uma tentativa do Sr. Renato Duque de fazer uma delação premiada. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Renato Duque se é verdadeiro. Parece que ele iniciou o processo, mas, com o que ele tinha que contribuir, o Ministério Público não achou que era relevante. Com o que ele tem em mãos hoje, seguramente, a pena deve ficar bem acima dos 20 anos de cadeia para o Sr. Renato Duque. E por essa razão, talvez, ele estivesse pensando na delação premiada. Ele tentou, mas o Ministério Público se negou a receber, porque ela ainda não contribui. Provavelmente, ele tenha mais a contribuir. Eu espero que contribua. Ele está falando aqui em família, em esposa, em filhos, em netos e, talvez, precise do processo de delação para escapar da cadeia, senão, talvez, se junte ao Marcos Valério, do episódio anterior, já que os seus companheiros de diretoria, o Sr. Pedro Barusco já está em casa, o Sr. Paulo Roberto Costa já está em casa. Quer dizer, a turma da diretoria está se organizando. Parece que o Cerveró caminha para o mesmo processo. A turma fez a roubalheira, fez a delação e vai ter uma punição branda. No caso do Sr. Renato Duque — e eu tenho em mãos aqui uma recente denúncia de um dos processos, porque todos eles têm vários processos — ele já está denunciado pelo Ministério Público e abre-se uma



outra questão ainda, Sr. Augusto Mendonça: já que está suficientemente esclarecido que, em 2008, pela palavra de Paulo Ferreira, pela sua palavra e pela palavra do Ministro José Eduardo Cardozo, a quem perguntei quando ele esteve lá na CPI...

Deputado Aluisio, perguntei ao Ministro se ele conhecia o fato de que o Sr. João Vaccari era o coletor de propina do PT a partir de 2008, muito antes de ele chegar à Secretaria Nacional de Finanças do Partido dos Trabalhadores; ele disse que desconhecia e que não havia nunca visto o Sr. João Vaccari fazer algo como nós, o Ministério Público e a Polícia Federal estamos comprovando.

Então, eu queria lhe perguntar o seguinte: há uma negociação feita posteriormente a essa visita de 2008? E aí o Sr. Vaccari lhe sugere. Ele sabe a origem do seu dinheiro, porque ele sugere que seja feito um acordo com a Gráfica Atitude. O senhor assina um contrato, em 2010, e assina depois outro contrato, um pouco mais adiante, com a tal da *“Revista Brasil”*. E está aqui a sua declaração, corroborada pelo Ministério Público Federal, onde acusa o Sr. João Vaccari e a editora da Gráfica Atitude, dizendo o seguinte: *“A SOG SETAL não possuía qualquer interesse comercial em publicar anúncio na revista, tendo efetuado os pagamentos apenas ante o pedido de João Vaccari e ao fato de que eles seriam baixados, abatidos dos valores de vantagens devidas, prometidas à Diretoria de Serviços, liderada pelo Sr. Renato Duque”*.

Aqui está. E o Ministério Público já possui os contratos e já possui os valores, as datas das transferências. O senhor confirma que foi isso mesmo na relação com a Gráfica Atitude e o Sr. João Vaccari?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Confirmando, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quando o senhor se encontrou com o Sr. João Vaccari já mais adiante, praticamente um ano e meio depois do episódio de 2008, o senhor ia fazer contribuições ao partido; nesse encontro, a sugestão é dele para que o senhor transfira dinheiro das suas empresas à Gráfica Atitude?



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. Confirmo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E algo que chama muito a atenção — para a gente ver até onde esta quadrilha vai, sem limites, a quadrilha que o PT montou na PETROBRAS e fora da PETROBRAS, aparelhando o Estado brasileiro — é a seguinte denúncia do Ministério Público: sabe qual é a sede citada na pesquisa feita pelo Ministério Público da Editora Gráfica Atitude? Rua Abolição, 297, Boa Vista, São Paulo.

Sr. João Vaccari, essa é a Sede Estadual do Partido dos Trabalhadores em São Paulo?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Ministério Público disse que sim. Portanto não há dúvida nenhuma de que nós estamos diante de uma quadrilha que se apoderou da PETROBRAS

Eu quero trazer aqui também outro fato relevante, Sr. Presidente: o de que no Auto de Apreensão feito pelo Polícia Federal, como fruto do acordo de leniência das empresas do grupo econômico que diz respeito aos consórcios, há uma cópia de Instrumento Particular de Contrato de Locação de Equipamento, Contratante PEM Engenharia, Contratada SM Terraplenagem, de 1º de junho de 2010, que, segundo o detentor, tinha origem para pagamento de comissões a Renato Duque.

O outro documento do Ministério Público, perdão, da Polícia Federal, é o Instrumento Particular em que SETEC Tecnologia contrata SM Terraplenagem, em 25 de fevereiro de 2010, que, segundo o detentor, também se tratava de contratos simulados para pagamentos de comissões a Renato Duque. E aqui eu poderia avançar em todos esses documentos que fazem parte da denúncia e que vão agora ao julgamento do Dr. Sérgio Moro.

Mas o fato objetivo é que, desde 2008, nós temos a prova, o que demonstra claramente sintonia com o que diz Pedro Barusco. Pedro Barusco diz, com absoluta propriedade, que, a partir de 2003, institucionalizou-se um esquema de desvio de dinheiro. Paulo Roberto Costa diz que pequenas operações foram feitas



em 2004 e 2006, mas que grandes operações eram feitas na área de serviço. Paulo Roberto Costa também diz que, a partir de 2006, 2007, iniciam-se as operações de grande porte também na área dele.

E aqui aparece Pedro Barusco, que era companheiro de jornada do Sr. Renato Duque, que era o homem que entregava 50 mil reais por semana para o Sr. Renato Duque, foi colocado como gerente na Diretoria Executiva a convite do Sr. Renato Duque. Ao que se sabe, não foi outro, foi Renato Duque que convidou Pedro Barusco. Aliás, Pedro Barusco depois vai para a Sete Brasil num acordo entre Sérgio Gabrielli e Renato Duque.

É só para a gente não esquecer que a quadrilha ia se articulando para ganhar outros horizontes negociais. E o que acontece? Pedro Barusco diz aqui que Renato Duque tinha proximidade muito grande, um contato muito forte com João Vaccari e que eles se encontravam no Windsor Copacabana, nos áureos tempos, no Meliá da Alameda Santos... E aí há um episódio importante, Sr. Presidente, sobre o qual esta CPI vai ter que se debruçar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Só lembrando a V.Exa. que V.Exa. já está...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mais um minuto, mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem mais um minuto e meio.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu concluo, Sr. Presidente.

Mas o episódio importante é o que diz respeito à empresa Schahin. O Pedro Barusco disse que tinha um débito, e o Vaccari tinha uma quantia a receber da MPE. Aí eles fizeram um *swap*, que é uma operação de troca de créditos. Vejam que estava funcionando como uma instituição financeira. O Sr. João Vaccari tinha mais facilidades para cobrar da Schahin.

Aqui, Sr. Presidente, encaminhando para o final, o Sr. Pedro Barusco, quando perguntado o que ele calcula como recursos que tenham sido desviados da Diretoria de Serviços a favor do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Pedro Barusco chega a uma cifra estratosférica, falando em algo na ordem de 50 milhões, 60 milhões de dólares ao longo desse tempo todo.



Outra questão relevante é o fato que não apenas Augusto Mendonça Neto se reporta à operação, Paulo Roberto, Pedro Barusco, Júlio Camargo, Mario Goes, ou seja, é um conjunto extraordinário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - ... de fatos que estão cada vez mais se consolidando. E aqui eu achei o número que eu queria, Sr. Presidente: o Sr. Pedro Barusco, o amigo dileto que dava mesada para o Sr. Renato Duque, que foi junto com ele e deve ter tomado vinho lá nos Estados Unidos para fazer a conta no Banco Cramer, para receber dinheiro traficado internacionalmente. E o declarante estima que foram 50 milhões de dólares. Vou fazer uma correção: "(...) *o valor aproximado de 150 a 200 milhões de dólares*".

Eu quero fazer o esclarecimento, Sr. Presidente, porque os 50 milhões que eu citei inicialmente — está aqui no termo de delação, de colaboração do Sr. Barusco, o Termo nº 3 — são do Barusco. Ele já devolveu uma parte. Dos 97 milhões de dólares que ele tem que devolver, ele já devolveu mais de 65 milhões de dólares.

Ele calcula que, de 150 a 200 milhões de dólares só na Diretoria de Serviço, nos 90 contratos que o Sr. Pedro Barusco ajudou a administrar junto com o Sr. Renato Duque, foi o que o Partido dos Trabalhadores roubou da PETROBRAS. Esse é o fato, Sr. Presidente. E é contra isso que os brasileiros de bem querem justiça. E justiça é cadeia para quem roubou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Vamos aos inscritos.

Concedo a palavra ao Delegado Waldir, primeiro inscrito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Obrigado, Sr. Presidente.

Senhores advogados, Sr. Duque, Sr. Vaccari, Sr. Augusto, eu vou fazer as perguntadas direcionadas a cada uma das pessoas, apenas lembrando ao Sr. Vaccari que a última vez em que dividimos a mesma sala foi lá na CPI da PETROBRAS, onde teve aquela cena dos ratos. O senhor se lembra? Aquela cena dos ratos ocorreu naquele evento, na última vez que nós nos vimos.

Eu não sou profeta, não. Mas na época a gente comentou que a conduta a conduta do Sr. Vaccari iria resultar em cadeia. Efetivamente, isso aconteceu



poucos dias depois. Não era premonição, não. Sem dúvida, estamos tratando da maior organização criminosa criada neste País para roubar o dinheiro do povo brasileiro.

Eu gostaria de perguntar inicialmente ao Sr. Vaccari, que hoje está preso. O senhor acha que os líderes dessa organização criminosa... porque o senhor é um mero tesoureiro, como foi o Valério, apenas para arrecadar o Pixuleco. E o senhor serviu ao PT enquanto estava arrecadando o Pixuleco. Mas hoje eu vejo que o PT quer a desfiliação do senhor e quer a desfiliação do Sr. José Dirceu também. Na última acareação que nós tivemos, Sr. Presidente, havia oito membros do PT. Hoje nós temos dois: o Relator e o nobre Deputado que está aqui. O senhor não se sente abandonado, Sr. Vaccari?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor vai se desfiliar do PT?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor acha que o senhor vai compartilhar a cadeia ainda com os líderes dessa organização criminosa?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O.k. Obrigado.

Eu gostaria de saber do Sr. Augusto Mendonça — ele já confirmou a questão da propina — se esse direcionamento parcelado da propina para o PT era uma estratégia para evitar que a investigação policial chegasse aos autores da corrupção e ao próprio Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor, Deputado. Isso era só uma questão de caixa, de disponibilidade de caixa.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Essa propina durou de quando até quando? De 2008 até quando durou essa propina?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu não me recordo exatamente, mas talvez seja até 2011.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Até 2011. Certo.



Eu li nas informações que havia alguns nomes de alguns políticos do PT. Esse dinheiro foi direcionado a alguma companhia para Presidente, Senador, Prefeito, ao Partido dos Trabalhadores? O senhor ficou de fornecer uma relação —não sei se já forneceu ou não. O senhor tem o nome dessas pessoas?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor. Todas as doações foram feitas ao partido. Nós nunca fizemos diretamente a nenhum político.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O partido depois distribuía aos políticos.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sinceramente, não sei.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas isso aí o senhor não vai poder responder agora. Isso aí vai ser monitorado.

Eu gostaria de saber o seguinte: efetivamente, esse dinheiro da corrupção foi especificamente para a Diretoria de Abastecimento e Serviços, uma delas chefiada pelo Sr. Duque, que está aqui, ou também havia outras diretorias?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, só para Serviços de Abastecimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só a de Serviços e Abastecimento.

O senhor confirma isso, Sr. Duque?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou repetir novamente, Deputado: o Sr. Augusto Mendonça mente. O Deputado Ônix citou o caso da gráfica. Foram dois contratos: em 2010 e em 2013. Em 2013, eu já estava fora da PETROBRAS há mais de um ano. Então, não tenho explicação para que ele pagasse propina 1 ano depois de eu ter saído da PETROBRAS — e em meu nome. Então, ele é realmente um mentiroso. Ele sabe disso. Mas eu, obedecendo aqui às orientações, seguindo as orientações do meu advogado, permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Aproveitando, Sr. Duque, esse questionamento que o senhor falou...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. desse a mesma tolerância para mim que deu aos demais. As perguntas são de muito interesse às investigações da CPI.

Sr. Duque, eu vi que o senhor realmente se mostrou muito emotivo, falou de seus netos, falou de seus filhos, falou de sua esposa. Eu vi que o senhor até se emocionou quando falou deles. Aí o senhor diz que o Sr. Augusto é mentiroso, mas existem provas consistentes produzidas pelo Ministério Público. E o que o Sr. Augusto fala, ele não fala apenas, ele apresentou documentos. Existem contas no exterior, existem obras que foram apreendidas na sua residência, existe uma série de fatores. Então, eu vi que o senhor ficou bravo quando o senhor foi chamado de Barusco. O Barusco era amigo particular do senhor e também trouxe provas, falou, mostrou. Então, o senhor continua nessa acareação frente à frente, falando que ele é mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas não traz para esse conjunto probatório nada que demonstre que o Sr. Augusto ou outras pessoas estejam mentindo.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sr. Deputado, embora meu advogado peça para eu ficar calado, o Sr. Augusto não conseguiu provar nada, porque ele não tem nada para provar, porque ele mente. Estou aqui para fazer uma acareação com o Sr. Augusto. É isso que eu tenho a dizer para o senhor. Permanecerei calado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço, Deputado Delegado Waldir. V.Exa. já falou por quase 7 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sete minutos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Hoje estou cronometrando, porque existe ...



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E o tempo de liderança, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Existe, na verdade, esse compromisso com a complacência. E eu estou dizendo a V.Exa. que dei mais que o dobro do tempo que V.Exa. teria pelo tempo de inscrição.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas V.Exa. sabe que estou fazendo as perguntas e as respostas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Sim, mas as respostas não são culpa da Presidência. A Presidência quer orientar ...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu poderia fazer todas as perguntas e aguardar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não, V.Exa. pode encaminhar as perguntas à Taquigrafia. Se as respostas vão ser essas... É o que tem sido feito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A Taquigrafia é competente, mas o Brasil quer assistir e escutar as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - É verdade. Nós queremos aqui, na verdade, cumprir...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Mas obrigado, Sr. Presidente. Obrigado. É uma pena porque as outras perguntas — e são perguntas que o Brasil espera — iriam servir muito para a investigação, mas que não vão ser ouvidas pelo povo brasileiro. É uma pena, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., ao mesmo tempo em que renovo os préstimos de respeito e de admiração pelo trabalho de V.Exa.

O Deputado Aluisio Mendes é o próximo inscrito e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Obrigado, Presidente.

Sr. Duque, a primeira coisa que me chamou a atenção com a sua chegada aqui — ontem nós ouvimos o depoimento dos diretores da Odebrecht, e eu sou da Polícia Federal e conheço os efeitos do cárcere numa pessoa que não está acostumada com isso —, pois o senhor me parece muito bem para quem está há



tanto tempo preso. O senhor realmente tem uma fórmula diferenciada, porque ontem os empresários estiveram aqui e se mostraram física e emocionalmente muito abatidos. O senhor não; o senhor, fisicamente, ainda está muito bem e, emocionalmente, parece-me muito hígido. O senhor realmente tem conseguido superar bem esse período do cárcere.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado, a cadeia não faz mal para o corpo. A cadeia faz mal para alma.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Para a mente, não é? Mas eu queria lhe fazer uma pergunta aqui: o senhor conhece o Sr. Augusto?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Conheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Conhecia anteriormente ao fato da sua prisão e dessa acareação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Conheço.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor tinha uma convivência profissional ou social com ele?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Graças a Deus, única e exclusivamente profissional.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor nunca se encontrou com ele fora do ambiente de trabalho?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Fora do ambiente de trabalho, se eu encontrei com ele, foi em eventos sociais, em associações de classe, coisas desse gênero.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E, durante esses encontros, o senhor tinha um contato fraterno e amistoso com ele?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu tenho contato com educação, conforme eu tenho com todas as pessoas.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - A que o senhor então atribui essas acusações que o senhor disse que são infundadas e são mentirosas à sua pessoa?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Essa explicação quem tem que dar é o Sr. Augusto.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor nunca teve nenhum tipo de atrito, nenhum tipo de problema pessoal com ele antes desse evento aqui?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não que eu me recorde.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Com relação ao Sr. Pedro Barusco, o senhor tinha uma relação de muitos anos com Pedro Barusco. Está correto? *(Pausa.)* Eu gostaria que o senhor olhasse para mim, quando eu estiver perguntando.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor tinha uma relação de muitos anos e de amizade com o Pedro Barusco. Estou correto?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sim, correto.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O Pedro Barusco faz acusações tão ou mais contundentes que o Sr. Augusto, com relação ao senhor. A que o senhor atribui isso?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu não tenho como atribuir. Eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor acredita que há um grande complô contra o senhor, com relação a essas denúncias de Pedro Barusco, de Augusto Mendonça?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu gostaria de falar com o Sr. Augusto, porque ele mente e reitera as suas mentiras. Estou aqui para fazer acareação com o Sr. Augusto e estou à disposição.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pedro Barusco também mentiu em todas as declarações que deu com relação ao senhor?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor conhecia o Sr. João Vaccari antes desse episódio aqui hoje, antes de conhecê-lo aí depois da prisão?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Augusto, o senhor tinha uma convivência apenas profissional com o Sr. Renato Duque?



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor; só profissional.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor se encontrou com ele em outras oportunidades que não fosse na PETROBRAS, em ambientes de trabalho?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Ele disse que, em alguns eventos sociais, já tinha estado...

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, viajamos juntos para vários países, vários eventos sociais.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, o senhor não se recorda como? O senhor fez várias viagens com ele para vários países, não foi em ambiente de trabalho, foi em eventos que não se restringiram à PETROBRAS, não é?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, nós estávamos a trabalho. Não era, não era... Em todos os nossos encontros, o motivo principal era por conta de trabalho.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E o senhor tinha uma convivência social muito agradável com ele, parece-me, não é?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Normal.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E com Pedro Barusco também?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor, em alguma oportunidade, esteve com Pedro Barusco e Renato Duque pessoalmente para discutir essa questão da distribuição de valores referentes aos contratos da PETROBRAS?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Com os dois juntos, acredito que não.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Em nenhuma oportunidade? Todas as vezes que o senhor tratava com Pedro Barusco, ele falava em nome do Sr. Duque, mas o Sr. Duque não estava presente?



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. Foram várias vezes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E algumas das vezes que o senhor fez esses pagamentos, por indicação do Pedro Barusco, o senhor teve a confirmação de que o Sr. Renato Duque recebeu esses valores?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor. Não sei quem recebia os valores.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mas o Sr. Pedro Barusco dizia que esses valores eram devidos ao Renato Duque e que chegariam à mão dele?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. Dizia.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É o famoso “Tigrão”. Quando faziam contato com o senhor que o Tigrão ia procurá-lo para receber valores em espécie, quem é que fazia esses contatos?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - O Pedro Barusco, normalmente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Todas as vezes Pedro Barusco?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, eram coisas programadas, não eram fez por fez, né?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Na delação, ele disse que eu que mandava.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - É, eu estou querendo justamente chegar a esse ponto. Tem algum momento...

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Também *(ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Deixa eu concluir. Há um algum momento na sua declaração — e eu posso lê-la aqui — em que o senhor disse que o Sr. Duque é que encaminhava o Tigrão, o famoso Tigrão, ao seu escritório para pegar esses valores. Eu queria que o senhor esclarecesse esse ponto. O senhor disse agora que quem fazia esse contato era o Pedro Barusco. Eu queria que o senhor esclarecesse se era Renato Duque ou Pedro Barusco, ou se eram ambos que faziam esses contatos.



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, eram ambos. Normalmente quem fazia mais era o Pedro Barusco, mas eram ambos. Agora, o senhor me perguntou se alguma vez eu discuti com os dois juntos. Eu sinceramente não me recordo, mas certamente falei com os dois, independentemente.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Eu vou dar aqui um desconto em função do seu nervosismo, mas eu lhe perguntei agora se alguma vez o senhor tratou de repasse de valores com o Sr. Renato Duque. O senhor disse que não, que tratava sempre com o Pedro Barusco. O senhor está me dizendo que, em algumas oportunidades, o Renato Duque entrava em contato pessoalmente com o senhor e dizia que o Tigrão ia pegar valores na sua mão. Eu queria que o senhor esclarecesse isso, porque está meio nebulosa essa questão.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, aconteceram, sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, na primeira vez, o senhor esqueceu. Então, em algumas oportunidades, o senhor tratou diretamente com o Renato Duque sobre o recebimento de valores em espécie?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor, eu tratei.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, está bom.

Sr. Renato Duque, o senhor concorda ou o que o senhor acha, ele está mentindo novamente?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Ele é um mentiroso esquecido.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Mentiroso esquecido.

O senhor, realmente, no seu depoimento — e agora o senhor confirmou —, disse que o Sr. Tigrão eram várias pessoas. Na verdade, era um codinome dado a uma pessoa que ia buscar esses valores. O senhor disse que eram duas ou três pessoas que estiveram em seu escritório em busca desse recurso. O senhor, na descrição que faz na sua delação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Deputado Aluisio Mendes, para concluir.



O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - ...o senhor descreve uma pessoa — altura, peso, aproximadamente. Essa descrição engloba as três pessoas ou era uma pessoa específica que lhe marcou mais?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, uma pessoa foi várias vezes, e aconteceu de ir outras vezes, outras duas pessoas, poucas vezes. Mas, a pessoa que foi mais vezes é quem tem essa... esse perfil. Sinceramente das outras eu nem me lembro, não saberia nem descrever. *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Então, a descrição que o senhor deu foi do Tigrão predominante, do Tigrão predominante, que ia buscar esse recurso com o senhor?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está certo.

Sr. Renato Duque, eu só queria fazer uma pergunta: o senhor conhece o Sr. Vaccari, né?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sim.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor tinha uma relação de amizade, de proximidade, com o Sr. Vaccari ou era uma relação... profissional, não, porque ele não era funcionário da PETROBRAS, nem era... Qual era a sua relação com o Sr. João Vaccari Neto?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não era de amizade. Eu nunca frequentei a casa dele e vice-versa. Era uma relação de conhecimento mesmo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Quem lhe apresentou o Sr. João Vaccari?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Há quanto tempo o senhor tinha essa relação, embora não fosse íntimo, não fosse muito próxima, de conhecimento do Sr. João Vaccari?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Em torno de 2010.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E esses encontros que o senhor tinha com ele eram esporádicos, eram eventos sociais? De que maneira se davam esses encontros?



O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, eram encontros normais. Não tinham uma periodicidade.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - O senhor não tem uma atividade comum com a do Sr. João Vaccari. O senhor é filiado ao PT?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Pois é. Então, o senhor não tem uma atividade comum com a do Sr. João Vaccari Neto. Esses encontros deveriam ter alguma razão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Estou terminando, só mais 30 segundos, Sr. Presidente.

Não existem maneiras de vocês se encontrarem na rua, num Brasil deste tamanho, por acaso. Esses encontros eram movidos por quê? Quem é que provocava esses encontros? Eles eram, assim, ocasionais? Como é que ocorriam esses encontros?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, não tinha uma agenda. Encontrava simplesmente. Quando eu ia a São Paulo, ligava, marcávamos um encontro. Quando ele ia ao Rio, eu o procurava, ou vice-versa. Não...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - E que assuntos eram tratados?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Assuntos gerais. Não tem nada específico.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Está o.k. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Apenas a título de informação a V. Exa.: enquanto nós não temos ainda o líder dessa organização criminosa em carne e osso, está aqui em frente à Justiça Federal o Pixuleco, o famoso Pixuleco. Aquele boneco que foi furado outro dia em São Paulo está aqui na frente. Parabéns aos manifestantes! É um símbolo de patriotismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.



O Deputado Alberto Filho fez uma inversão com o Deputado Celso Pansera. Então, fala primeiro o Deputado Celso Pansera, em seguida o Deputado Alberto Filho.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Augusto, o senhor falou, recentemente na Justiça e lá atrás na sua delação premiada também, que, até em função da solvência, do problema de solvência da sua empresa, o senhor se viu obrigado a entrar no clube das empreiteiras, que era a forma de contratar com a PETROBRAS. Também na CPI o senhor falou o seguinte: *“De modo que é importante, eu até disse ao Ministério Público que o poder que um diretor da PETROBRAS tem de atrapalhar é enorme, de ajudar é pequeno. Então, na minha opinião, eles vendiam muito mais dificuldades do que entregavam facilidades. Eu acredito que as companhias participavam muito mais por medo do que por vantagens”*. É isso? O senhor reafirma isso na frente do ex-diretor da PETROBRAS?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. Afirmando, sim.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E o senhor poderia nos falar, só um pouquinho, de como é que funcionava a questão do clube das empreiteiras?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - As empreiteiras se reuniam com o objetivo de escolherem as oportunidades que viriam pela PETROBRAS, e elas escolhiam isso de acordo com a sua especialidade, ou a sua regionalidade. E, depois disso acordado entre todas, as demais respeitavam aquela escolhida para determinado setor.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E quem levava essa informação para dentro da PETROBRAS?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - É... o Ricardo Pessoa era o coordenador, ele que organizava as reuniões e ele era a pessoa de contato com a PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Tá bom. Falando sobre os pagamentos a Renato Duque no exterior ao Júlio Camargo aqui nesta CPI o senhor falou o seguinte: *“O que eu disse aqui sobre os pagamentos da comissão*



para o Renato Duque é que, na sua maioria, foram feitos no exterior, numa conta corrente que tem esse nome aí 'Marinelo', e o Júlio Camargo fez uma parte desses pagamentos. Nós fizemos um contrato com a empresa do Júlio, e ele fez uma parte desse pagamento lá fora. Mas não foi a maioria. Ao contrário, foi uma pequena parte". Mais adiante, o senhor fala: "Ao Renato Duque, ao Pedro Barusco e ao Paulo Roberto, que eu entendo" — perguntando se fez pagamento diretamente ao Renato Duque e ao Pedro Barusco — "porque, quando eu entregava dinheiro para o Youssef, ou pagava nota para o Youssef, eu entendo que era como se eu estivesse pagando ao Paulo Roberto. Na questão do Duque e do Barusco, eu nunca entreguei nenhum dinheiro fisicamente a eles, mas me indicaram uma conta em que eu fiz depósitos, e mandaram eu retirar dinheiro também. Mas, diretamente, a nenhum dos três".

Então, o senhor confirma que o senhor fez pagamentos: uma pequena parte no exterior, através da conta Marinelo, para o Sr. Renato Duque, fez a outra parte, através de notas e dinheiro emitido, através do Youssef e também entregas em dinheiro pessoalmente e em contas, as quais eles indicaram para fazer depósito. Foi dessa forma que o senhor fez o pagamento de propina ao Sr. Renato Duque?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. Mas o Youssef não tem... acredito que não tenha nenhuma relação com o Renato Duque.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Mas está na fala aqui: "Ao Renato Duque, ao Pedro Barusco e ao Paulo Roberto, que eu entendo". Essa foi a sua resposta.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - É que...

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - A pergunta foi assim: "Se eu entreguei dinheiro diretamente a eles?"; aí o Deputado falou assim: "ou direta ou indiretamente". Aí o senhor falou: "Não, indiretamente"; "Sim, não é? Indiretamente". "A quem? A Renato Duque?" Aí o senhor respondeu: "Ao Renato Duque, ao Pedro Barusco e ao Paulo Roberto, que eu entendo, porque, quando eu entregava dinheiro para o Youssef, ou pagava nota para o Youssef, eu entendo



que era como se eu estivesse pagando ao Paulo Roberto. Na questão do Duque e do Barusco, eu nunca entreguei nenhum dinheiro fisicamente a eles, mas me indicaram uma conta em que eu fiz depósitos, e mandaram retirar dinheiro também. Mas, diretamente, a nenhum dos três”. Essa é a sua resposta.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Está correto, eu confirmo isso.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E aí eu quero indagar o Sr. Renato Duque sobre essa resposta que ele nos deu lá na CPI, e reafirmou na sua frente aqui agora.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Ele mente. Ele é um mentiroso! Eu vou ficar repetindo isso quantas vezes o senhor me perguntar que esse S. Augusto é um mentiroso.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Bom, vamos lá. É para isso que existe a acareação.

O senhor falando também, respondendo a uma pergunta, sobre como fazia a relação com o PT, com o João Vaccari Neto, no Diretório do PT, etc. O senhor respondeu assim: *“Sim, a minha conversa, pelo lado da Diretoria de Serviços, sempre acontecia com o Duque ou o Barusco, que eram os dois interlocutores que eu tinha na Diretoria de Serviços. Foi com quem eu discuti valores, foi com quem eu acertei pagamentos. O Duque, em algumas oportunidades, me pediu para que eu fizesse contribuições ao Partido dos Trabalhadores. Na primeira vez, eu fui procurar o João Vaccari no escritório do PT, e fui dizendo a ele que tinha interesse de fazer contribuição para o partido e como é que eu deveria fazer. Ele me indicou, na primeira vez, onde a gente deveria contribuir. Nós fizemos contribuição. O Duque me pediu outras vezes também. Voltei a falar com ele. Fizemos outras contribuições. Tenho todas as contribuições detalhadas, os comprovantes entregues, tudo isso no meu depoimento”.*

O senhor reafirma então que o Sr. Renato Duque pediu ao senhor para fazer contribuição ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor, confirmo.



O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - E que se encontrou com o Sr. Vaccari para acertar as contribuições?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Eu queria, então, perguntar novamente ao Sr. Vaccari e ao Sr. Renato Duque sobre a afirmação do Sr. Augusto.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter calado.

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Sr. Renato...?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu já respondi... Permanecerei calado (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O Deputado Alberto Filho é o próximo inscrito. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, Deputados, demais caros aqui que estão participando desta acareação, eu quero aqui esclarecer um ponto que está meio... há uma contradição em relação a isso. Eu queria aqui perguntar ao Sr. Augusto Mendonça: V.Sa. fez algum pagamento direto ao Sr. Renato Duque?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Esse pagamento era feito através de um Fulano, que V.Sa. denomina Tigrão no seu depoimento. Mas quem era que pedia para o senhor receber esse Tigrão? Era o Renato Duque? Era o Pedro Barusco? Eram os dois?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eram os dois. Aconteceu os dois combinarem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas o Renato Duque ligava e dizia: "*Ó Augusto, recebe aí o Tigrão*", e tal... Como era?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não. Dentro do que nós havíamos combinado de pagar, nós combinávamos valores mensais. Então, tinha lá um determinado dia...



O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - O senhor combinava com o Duque?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, com o Duque ou com o Barusco. E tinha um determinado...

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Com o Duque ou com o Barusco, por favor?

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Com os dois?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Com os dois.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Perdão, Delegado... Perdão, Sr. Delegado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Pois não. Pode continuar. *(Pausa.)*

Concluiu? Sr. Augusto, concluiu?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, sim... Então, eles... Havia lá uma combinação de, toda primeira terça-feira do mês, a pessoa ia ao meu escritório retirar... Era assim que funcionava.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Barusco, em algum momento o senhor fez contato direto ou através... Sr. Duque, desculpa, eu fiz o mesmo que o Deputado Altineu. Sr. Duque, o senhor encaminhava... ligava diretamente, ou combinava, através de reuniões, com o Sr. Augusto, ou pedia para o Sr. Pedro Barusco entrar em contato com ele para encaminhar o Tigrão, para pegar essa propina?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputado Alberto, é a primeira vez que ele fala em terça-feira. Na delação dele, ele não fala em dia. Quer dizer, cada vez ele quer consertar a mentira. Não sei se o senhor se recorda, o senhor deve estar esquecido, o senhor nunca falou em dia, nunca falou em periodicidade. Então, o que eu tenho a dizer é o seguinte, coisa que eu vou repetir novamente: ele mente! Mente! E mente!



O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas, Sr. Duque, o senhor tem provas que possam desconstituir essas acusações do Sr. Augusto ou o senhor vai apenas dizer que ele está mentindo...?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Olha, eu acho... Desculpa, Deputado, eu acho que, em primeiro lugar, eu gostaria de ver o retrato falado desse Tigrão. Acho que não é possível que alguém receba tanto dinheiro e não exista fisicamente. Essa pessoa tem que aparecer! E eu tenho todo o interesse que uma pessoa com essa característica tão peculiar, que varia de 1 metro e 70 a 1 metro e 80, meio gordinho. Pode ser qualquer um desta sala, entendeu? É muito complicado eu me defender de uma pessoa que não existe, que até agora ninguém sabe quem é, que ia receber somas, segundo ele, fantásticas, e eu tenho que mostrar que não existe uma pessoa com esse codinome. Desculpe-me, eu não tenho como responder o senhor.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Renato Duque, o senhor afirmou aqui nesta acareação que a relação que o senhor tinha com o Sr. João Vaccari era uma relação apenas profissional, de trabalho. Mas o Sr. Barusco, através do seu depoimento, afirma que houve... que o senhor tinha um contato muito próximo com o Sr. João Vaccari, que em alguns momentos havia encontros, às vezes no Rio de Janeiro, em São Paulo, de que o próprio Barusco participava, já que ele era conhecedor dos contratos dos projetos de licitação lá na PETROBRAS, e que nesses encontros também se falava sobre pagamento de propina. O que o senhor tem a dizer sobre essa declaração do Sr. Barusco?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - O que eu tenho a dizer é o seguinte: que todas as reuniões em que o Barusco esteve presente, em que o Sr. Vaccari também estava presente, aconteceram depois já da saída do Pedro Barusco da PETROBRAS. Disso eu me lembro bem.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Mas eram para tratar sobre o quê?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - O Pedro Barusco já estava fora da PETROBRAS. Ele não era... É por isso que estou dizendo, não tinha nenhum assunto específico.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. João Vaccari...?



O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - O senhor participou dessas reuniões? Responda apenas “sim” ou “não”.

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Pois não.

Também, em depoimento do Sr. João Vaccari, ele declarou ter tido contatos esporádicos com o Sr. Paulo Roberto Costa e com o Renato Duque. Esses contatos esporádicos eram o quê?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FILHO - Sr. Presidente, por enquanto é só. Quero aqui agradecer a oportunidade e, assim que possível, pedirei novamente a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente. V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, nossos convocados aqui, eu queria começar com o Renato Duque.

O senhor conhece o Sr. Fernando Moura?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Qual é a sua relação exatamente com ele, Renato Duque? Onde o senhor o conheceu?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Por orientação da minha defesa, eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele esteve aqui agora, não sei se o senhor sabe, como depoente.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - É, nós nos encontramos antes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois é, ele coloca que a acusação que é feita é que foi ele que o indicou para a PETROBRAS. O senhor pode confirmar essa informação?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu desconheço essa informação. Eu acho que ele não tinha essa competência. Acho, não, tenho certeza de que ele não tinha essa competência.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor conhece o Silvio Pereira?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele teve alguma atuação na sua indicação na PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, vou dizer: nessa época, em 2002, o Silvio Pereira era um operador das pessoas que faziam indicações de vários partidos no Governo, e, pelo que eu entendi, o senhor o conhece e conhece o Sr. Fernando Moura também.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - O senhor falou 2002. O Sr. Pereira foi em 2003. Ele era o secretário-geral do partido.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Isso. Mas, por que o senhor fez essa ilação: "*secretário-geral do partido*"?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - É por isso que ele tinha essa... realmente ele tinha esse papel de fazer as indicações.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor, então, tinha uma proximidade com o PT, na época já, né?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, eu o conheci nessa época.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Nessa época? E o ex-Ministro José Dirceu, o senhor o conheceu?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, senhor, nessa época, não, só depois.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Posteriormente? Então, o senhor nega essa indicação de que foi o Ministro José Dirceu que teria nomeado o senhor?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu não tenho esse conhecimento. Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. O senhor também é uma pessoa que tem se mantido de forma incisiva. Desde quando o senhor foi preso, eu senti uma certa reação, uma rebeldia e uma indignação. Aqui também o senhor tem demonstrado essa postura, negando acusações.



Mas eu tenho notas taquigráficas aqui do Pedro Barusco, e ele diz o seguinte: *“Posso estar esquecendo alguma coisa, porque foi desde 2003. São 12 anos. Então, o mecanismo envolvia representantes de empresa, às vezes o próprio empresário, eu, Pedro Barusco, o Diretor Duque e João Vaccari também. São os protagonistas, vamos dizer assim”*. E o que fica um pouco, Renato Duque, é que quatro pessoas, o Sr. Augusto Mendonça, o Youssef, várias pessoas fizeram uma acusação formal contra o senhor. E o que eu queria dizer é o seguinte: todos estão em delação premiada. Todos perderão a delação premiada se V.Sa. tiver razão, certo? Por que essas pessoas todas se juntaram num quebra-cabeça para acusá-lo de ter participado dessa estrutura toda?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Só esclarecendo, o senhor citou o Youssef, e eu só conheci o Youssef depois de preso, depois da minha prisão na Polícia Federal. E, obedecendo aqui, seguindo a orientação do advogado, vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, o Youssef falou várias coisas, que inclusive estão se confirmando, só para o senhor saber. Tudo o que é delação premiada dele tem se mostrado bastante eficiente, em todos os sentidos, inclusive com o Presidente da Câmara dos Deputados, depois confirmado pelo Sr. Júlio Camargo. O senhor conhece o Sr. Júlio Camargo?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele teve um papel essencial de operador do processo. O senhor sabe que o Sr. Júlio Camargo teve negócios com a Samsung e com a Mitsui?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Sim.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor tomou conhecimento de que ele teria sido pressionado, achacado, por políticos para pagar propina?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Eu tenho mais uma pergunta, e já com o Vaccari também. Depois, eu vou para o Augusto Mendonça. Peço um pouco da tolerância de V.Exa., Sr. Presidente.



Na inquirição do Deputado Aluisio Mendes, tem duas coisas que eu realmente não consigo entender, porque V.Sa. ficou muito tempo na PETROBRAS, né? Por que V.Sa. encontrava o João Vaccari? Eu não consigo entender. Não há uma conexão com o encontro em hotéis. Não há uma conexão, entende? O Vaccari — depois eu vou falar — está sendo acusado de recebimento de recursos no partido de forma ilegal, na forma de propina e tal, que ele diz que é doação legal. Mas ele diz que é tesoureiro desde 2010. Só que está provado que a estrutura vem desde antes, que ele já se encontrava, que há depósitos e há encontros com o Sr. Augusto Mendonça desde antes, desde 2008.

Por que o senhor encontraria com o Sr. Vaccari — é isso que eu não consigo entender — em São Paulo e no Rio de Janeiro? O senhor não tem uma relação de amizade, o senhor não tem uma relação profissional, o senhor não tem nenhum tipo de relação. O senhor é um Diretor da PETROBRAS. Por que o senhor encontraria o ainda não tesoureiro do PT e depois tesoureiro do PT?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Pelo que eu me lembro, quando eu o conheci, ele já era tesoureiro, pelo que eu me lembro. Mas eu permanecerei calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu acho que fica realmente difícil esclarecer.

Agora, eu queria fazer uma pergunta aqui importante ao Sr. Augusto Mendonça. Eu já o interroguei na vez passada aqui, e tenho aqui a sua delação: *“Indagado se Júlio Camargo operacionalizou o pagamento de propina no âmbito da REPAR em favor de Renato Duque, afirma que uma parte, sim, que foi formalizado um contrato entre o consórcio e uma das empresas de Júlio Camargo, salvo engano a Piemonte, da prestação de serviços no valor de 33 milhões, sendo que aproximadamente 20 milhões foram transferidos por Júlio Camargo, no exterior, por conta indicada por Renato Duque”*. Confirma?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Confirma integralmente isso?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor, confirmo.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E, aqui na sua delação está escrito que o senhor passava recursos, para o Sr. Renato Duque e para o Barusco, de três formas: em espécie, através de contas no exterior e através de doações oficiais. Eram três formas. É isso? Confirma?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. Eu confirmo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, veja: em espécie, então era essa que era buscada por esse cidadão não identificado aí, o tal Tigrão? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Um instantinho só, Presidente, 1 minuto só, porque eu quero fazer uma pergunta ao João Vaccari. Senão, eu vou ter que me inscrever novamente.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre essa parte em espécie, o senhor sabe determinar o valor que foi transferido em espécie?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A conta Marinelo, Maranelo... é a essa que o senhor transferia na Suíça, no exterior?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor confirma também? Agora, na sua doação, o senhor encontrou o Sr. Vaccari inclusive lá na sede do PT?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Várias vezes. Só que o que não ficou claro é o seguinte: o senhor foi fazer doações oficiais? Foi isso?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Vaccari, em algum momento, entendeu aquilo como propina ou ele entendia como doação oficial? Qual a sua sensibilidade em relação a isso?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Entendia como doação oficial.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E o senhor também entendia como doação oficial ou como propina?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu entendia que era parte do pagamento que eu devia... tinha acertado com o Duque e o Barusco.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vejam, senhores e todos os que ouvem esta CPI, que a proposta do Sr. Paulo Roberto Costa, a visão dele está se confirmando. Não há doação de campanha que não tenha retorno. É isso aqui. A doação era oficial, mas ela vinha fruto já de um arranjo. E, por incrível que pareça, a Câmara dos Deputados continuou votando a favor do financiamento privado de campanha — agora, neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria só concluir dizendo o seguinte: na inquirição que nós fizemos lá na Câmara ao Vaccari, ele falou mais do que ele está falando aqui, inclusive como ele conheceu o Youssef e tal, que ele teria sido convidado para ir à sede do Youssef, lá em São Paulo, e que o Youssef não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Peço que conclua, Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É também outra dúvida que eu tenho. Assim como a relação com o Duque não tem uma razão de ser, a com o Youssef também não tem. Ele é um doleiro. Então, por que um dirigente partidário vai encontrar com um doleiro a convite, etc. e tal?

Sr. Vaccari, continua confirmando ou dizendo que o senhor foi encontrar o Sr. Youssef só para tomar um cafezinho, ou essa era uma maneira já de possibilitar a lavagem de dinheiro?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, eu vou ter que me reinscrever posteriormente.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Eu fui complacente com V.Exa. e acredito que V.Exa. é um homem de acordos. V.Exa. falou por 11 minutos. Se fôssemos aqui somar o tempo da sua Liderança, que são 5 minutos por semana, com os dois tempos de reinscrição, V.Exa. falou justamente pelas duas reinscrições. Então, nós fomos complacentes.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só peço a tolerância de V.Exa., porque são três pessoas. Eram três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Mais tolerância que isso, Deputado Ivan, só se fizer um monólogo aqui só para V.Exa. falar!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Todos falaram 10, 15 minutos aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Não. O Deputado Delegado Waldir falou 7 minutos, e V.Exa. falou 11 minutos, mais do que dois juntos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou voltar à gráfica: um conjunto de pagamentos feito por empresas controladas pelo Sr. Mendonça Neto para a Gráfica Atitude, que era uma gráfica, segundo dados, controlada pelos sindicatos dos bancários e dos metalúrgicos do ABC, e que haveria pagamentos, entre 2010 e 2013, da ordem de 1 milhão e meio de reais. O senhor confirma essas operações?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. O valor eu não sei confirmar agora, mas confirmo a operação, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - O que o Sr. Vaccari tem a dizer sobre isso?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - O Pedro Barusco disse ao Juiz Sérgio Moro que começou a tratar de propinas com o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari, em 2010, por meio de bilhetes repassados pelo petista para o então Diretor de Serviços, Renato Duque. Eu perguntaria a Duque: o senhor confirma essa informação?



O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Vaccari, o senhor confirma essa informação?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Vaccari, eu faria mais uma pergunta. O senhor, segundo me consta, nunca disputou nenhum mandato legislativo nem executivo, mas o senhor trabalhava como arrecadador e tesoureiro de um partido político, e naturalmente esse dinheiro era para irrigar campanhas políticas. O senhor sabe que prestava serviço para outras pessoas. O senhor pensa em fazer delação premiada?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Mas o senhor não acha que, com essa sua atitude, o senhor está arcando com a responsabilidade sozinho, diante de tantas pessoas que foram beneficiadas com o seu elo, a sua ligação, com a sua relação, muitas vezes, segundo consta, promíscua com o poder, com o empresariado? O senhor não acha que vai cair sobre o senhor toda uma responsabilidade e que seria importante que o senhor fizesse essa delação premiada?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou permanecer em silêncio.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Bom, Presidente, fica aqui o nosso registro. Agradeço. E o meu tempo eu diminuo um pouco no crédito do nosso amigo Deputado Ivan Valente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Crédito que será pago em outra oportunidade, não hoje. *(Risos.)*

Com a palavra o Deputado Carlos Andrade.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Obrigado, Sr. Presidente.

Muito boa tarde, Sr. Renato, Sr. João Vaccari, Sr. Augusto. Eu gostaria de fazer algumas indagações ao Sr. Renato Duque.

V.Sa. nega que tenha recebido propina de empreiteiras, Sr. Renato?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer calado.



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Como o senhor explicaria que uma subordinação do Pedro Barusco — na hierarquia da PETROBRAS, ele tinha uma subordinação ao senhor —, que o ex-gerente, subordinado ao seu posto na PETROBRAS, tenha devolvido mais de 180 milhões de reais aos cofres da PETROBRAS?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Ele, sendo de terceiro escalão? Como Pedro Barusco poderia aprovar aditivo com empreiteira sem o conhecimento e o consentimento de V.Sa.?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Eu posso observar, Dr. Renato Duque, que, a todo momento, a cada intervalo de resposta, o senhor chama o Sr. Augusto de mentiroso. Para o Brasil, e aqui, diante destas câmeras, diante do povo brasileiro, ele pode estar mentindo, mas ele tem colocado algumas situações. Mas o povo brasileiro tem observado o senhor desde algum tempo atrás. E com certeza, como o senhor não está utilizando esse tempo de resposta, o povo brasileiro tem-no achado um ladrão da Nação brasileira — eu não tenho dúvida disso. E o senhor tem a grande oportunidade de fazer uso do tempo de resposta, e não o faz, e só chama a outra parte de mentirosa. Use esse tempo! Explique ao povo, explique àquelas pessoas da PETROBRAS, aos empregados, explique ao povo brasileiro, explique a esta Comissão, dê uma resposta. Dê uma resposta, uma satisfação à sua família!

Paulo Roberto Costa, o delator, afirmou que Duque recebia propinas de empreiteiras para facilitar contratos. A versão foi detalhada pelos executivos da Toyo, Júlio Camargo e Augusto Mendonça, que denunciaram o pagamento de 50 milhões em propinas a Duque, na compra de sondas, na obra da Repav, 20 milhões, de Cabiúnas 2, do COMPERJ e até do gasoduto Urucu-Manaus, no valor de 12 milhões. Teriam sido depositados numa conta chamada “Drenos”, no banco Cramer, na Suíça. O senhor confirma isso?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu vou permanecer calado.



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Augusto, só para fazer uma... Quantos milhões o senhor transferiu para contas de Renato Duque?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Para a conta dele, especificamente... eu não sei se a conta era dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Para que conta o senhor transferiu?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu transferi para as contas que eu indiquei na minha declaração, contas que me foram indicadas pelo Pedro Barusco e confirmadas pelo Mário Goes.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor se recorda em quantas vezes e ocasiões esteve reunido com o Sr. Renato Duque?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Para tratar do assunto, sua conta?

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sim, a não ser que haja outro assunto.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, é que eu o encontrei durante esse período com muita frequência. Então, talvez não tenha, assim, nenhuma vez que eu tenha tido algum assunto para tratar especificamente sobre isso. Esse foi um período — nós estamos falando de 2002 a 2012 — em que houve muitas atividades, a PETROBRAS teve muita atividade. Houve também muitas visitas a obras, viagens. Então, os encontros eram...

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Muitas vezes?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Muito frequentes.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - É porque eu tenho observado aqui o povo, não a população... Mas é que ele lhe chama de mentiroso, e o Dr. Renato não coloca, não agrega valor, não coloca nada que possa, realmente... Mas, muito bem! Vamos lá.

Sr. João Vaccari, nós podemos observar — temos acompanhado — que o senhor contratou a banca de advogados D'Urso e Borges Advogados Associados. A minha pergunta é: Quem está custeando a sua despesa?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou me manter em silêncio.



O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Quem é o responsável pelo pagamento dos honorários da sua defesa?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor pode apresentar a comprovação, com nota fiscal, desse serviço prestado à CPI?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - O senhor acha que Antônio Mendonça é mentiroso?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Dr. João Vaccari, nós podemos observar — a história nos mostra — que Marcos Valério assumiu e trouxe para si toda a responsabilidade de um evento que aconteceu no Brasil há alguns anos. Marcos Valério pegou 40 anos de prisão. O senhor não tem receio de que isso possa acontecer com V.Sa.?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou me manter em silêncio.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, muito obrigado! Eu vou deixar o saldo desse tempo para os próximos eventos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Passo a palavra para a Deputada Eliziane Gama. V.Exa. tem a palavra, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares. Sr. Augusto Mendonça, o senhor fala de uma forma muito clara. Inclusive, quando esteve na CPI, o senhor colocou, por exemplo, que negociou propinas no valor de 30 milhões de reais para a Diretoria de Abastecimento e entre 70 milhões e 80 milhões de reais para a diretoria comandada pelo Duque. Naturalmente, o senhor reafirmou isso, inclusive nos seus depoimentos à Polícia Federal. Mas o senhor encaminhou alguns documentos. Quais dos documentos que o senhor encaminhou que justificam e concretizam, na verdade, essa sua informação? Houve dados, extratos?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Deputada, esses valores se referem a dois contratos em que a nossa empresa esteve envolvida



junto com o consórcio. Esses valores são os valores que representam os valores ditos dos componentes do consórcio. Então, são os valores totais. O que eu entreguei ao Ministério Público foram contratos e notas fiscais mostrando como esses valores saíram das nossas empresas e se dirigiram a algumas contas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Além desses 80 milhões que o senhor está falando que foram apenas de dois contratos, houve mais dinheiro junto à diretoria do Duque ou não?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, a nossa empresa esteve envolvida em dois contratos, somente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Contratos que totalizaram esse valor de 80 milhões de reais?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E aí, desse valor de 80 milhões de reais que tiveram as três formas de pagamento em espécie, "em doações legais", digamos assim, e no pagamento no exterior. Essas contas no exterior eram contas de quem, ligadas a quem?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Essas contas foram informadas pelo Barusco e pelo Mário Goes.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Então, o senhor consegue justificar, no caso das contas, exatamente através dos extratos, através das confirmações, com documentos, é isso?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Das contas eu não tenho extratos; o que eu tenho são os documentos demonstrando a saída do recurso das nossas empresas.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Renato Duque, o senhor fala com muita euforia e até uma certa revolta e fala olhando nos olhos do Sr. Augusto Mendonça, quando o senhor fala que ele está mentindo. Mas como é que o senhor garante que ele está mentindo? Ele apresenta números, fez encaminhamento de documentações ao Ministério Público, e o senhor afirma que ele está mentindo. Obviamente que ele está comprovando através da documentação.



O senhor precisa se defender. Pelo menos eu não consigo acreditar honestamente que o senhor esteja falando a verdade. Como é que o senhor nos convence que de fato ele está mentindo? O senhor teria um elemento mais substancial, mais concreto, alguma documentação, alguma coisa que nos justificasse?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Deputada, eu gostaria só de dizer o seguinte: eu faço parte, estou sendo acusado desses dois consórcios a que ele se refere. Eu já li e reli o processo várias vezes, já que eu sou parte, eu sou réu, e não bate. Ele recebeu dinheiro do consórcio para repassar propina. Isso é o que ele diz. Ele fez contratos com a empresa do Sr. Júlio Camargo para repassar propina. O Sr. Júlio Camargo diz que repassa, do dinheiro que recebeu, menos de um terço. O resto sumiu. Dos 110 milhões que ele diz que recebeu do consórcio para propina, ele só mostra que repassou 33 milhões para o Sr. Júlio Camargo. O resto sumiu. Então, se tem alguém aqui que, além de estar mentindo, está roubando, não sou eu.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Ou seja, pode ter havido a propina, mas dessa propina, em tese, o senhor não teria participado?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não é isso que eu estou dizendo não. Eu estou dizendo que ele roubou, é isso que eu estou dizendo. E ele sabe disso. Ele roubou do consórcio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O que o senhor diz, Sr. Mendonça?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu entendo que ele está num processo de defesa, está sendo julgado, vai apresentar a sua defesa e está aqui se justificando ou não respondendo as questões. Entendo que é a opinião dele.

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não é opinião não, é matemática. É pegar o que ele recebeu de dinheiro do consórcio e onde é que ele enfiou esse dinheiro, é isso que ele tem que explicar, não sou eu que tem que explicar, isso é o que está no processo. Os números não batem, é só pegar e verificar isso que eu estou dizendo. Nada mais do que isso. Ele diz que pagou para o Sr. Júlio



Camargo 33 milhões para pagamento de propina, porque serviço o Sr. Júlio Camargo não prestou para o consórcio. Porque não é possível que um consórcio do porte daquele precisasse contratar o Sr. Júlio Camargo. O Sr. Júlio Camargo disse que ele repassou, de 33 milhões, 12 de propina. Só aí há 21 milhões que estão no ar, que ninguém sabe onde estão. Então, é essa conta matemática que ele tem que explicar.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Para onde teriam ido, então, Sr. Mendonça, os 21 milhões, pelos números do Sr. Renato Duque?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu entreguei ao Ministério Público todos os contratos e todas as notas fiscais que mostram a saída dos recursos. Entreguei também as contas que nos foram indicadas para depositar. Esses são os documentos que eu tenho.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Que são, portanto, as provas. Referente ao pagamento que foi feito, por exemplo, ao partido — isso que eu queria que o senhor me explicasse, não sei se foi o Ivan que fez essa pergunta referente aos valores que eram passados ao partido. Enfim, fazia parte de um bloco de pagamento de propina, mas o valor do partido era um valor definido? O Vaccari, quando te procurava, quando o senhor teve, na verdade... O senhor teve inclusive um primeiro contato para fazer a manifestação dessa doação. O Vaccari definiu: “*É tanto? Você tem que doar tanto?*” Você tem que doar, não, você tem que pagar tanto? “*Você tem que depositar tanto na conta do PT?*” Era feita uma definição específica de valores ou ficava a seu critério?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, não. O Sr. Vaccari nunca me falou sobre valores que eu deveria fazer. Quem definia os valores a serem feitos foi o Renato Duque.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - E o Vaccari...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputada Eliziane, o tempo de V.Exa. está se esgotando, peço que seja a última.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já estou finalizando. Com mais o tempo da Liderança do PPS. Não tenho. V.Exa. é complacente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Já foi. Já passou. Já estamos chegando a 8 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Nós já finalizamos, Sr. Presidente. O senhor se encontrou, por exemplo, com o Vaccari mais de dez vezes. Pelo menos é o que consta. O senhor coloca, inclusive, mais ou menos isso, dez vezes de encontro com o Vaccari. Nesses encontros que o senhor tinha com ele, eram encontros exclusivamente, digamos assim, para fazer pagamento de propina? Ou o senhor tinha... Esses encontros também eram para outros tipos de debate, outros tipos de conversa? Eu faço esta pergunta, exatamente, para saber esse volume. O senhor teria, por exemplo, os valores exatos que foram passados, exclusivamente, como parte de pagamento de propina para a conta do partido?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Então, eu entreguei também ao Ministério Público todos os valores, todas as datas e os documentos dos pagamentos que foram feitos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só para finalizar, agora, de fato, Sr. Presidente. Quando o senhor fala dos seus encontros, o senhor diz: "*Olha, eu falei com o Duque, o Duque mandou eu pagar, mas não entreguei na mão dele, entreguei na mão do Tigrão*", que eram várias pessoas. Mas o senhor... esse Tigrão, esse intermediário, só era ele que recebia essas propinas ou além desse Tigrão, que eram três pessoas, houve outros — não diria mediadores, mas outros — que foram para realmente fazer o recebimento desse valor?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, acredito que essa pessoa era somente um portador para retirar o dinheiro.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Não, não é acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputada Eliziane, conclua, o tempo de V.Exa. já esgotou.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor tinha contato direto com esse Tigrão? O senhor viu esse Tigrão?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Vi, ele retirou o dinheiro comigo.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. Dinheiro em espécie.



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Certo. Eu só estou querendo saber por que o senhor fala que eram três pessoas. Mas além desse Tigrão, havia outras pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputada Eliziane.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Já finalizei, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Somente ele?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - A pessoa que ia retirar o recurso.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Agradeço a V.Exa. Agora, passo a palavra ao Sub-Relator, Sr. Altineu Côrtes.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Duque, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Por 2 minutos, Deputado Altineu.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Olha, todo mundo excedeu o tempo em 100%. Se for exceder em 100%, Sr. Presidente, seriam 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - V.Exa., também. Estamos marcando o tempo de todos e estamos dando a oportunidade da reinscrição.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Espero que V.Exa. tenha uma complacência mínima comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Dois minutos, Deputado Altineu, já começou a contar.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Que beleza! Que bacana! *(Risos)*

Sr. Renato Duque, eu vejo no senhor, uma pessoa, assim, reativa, revoltada até com esse tipo de situação. O senhor o chama de mentiroso, mas eu fico observando: é um mentiroso ou é um traidor?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Não, eu falei mentiroso. E vou permanecer calado.



O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Vai permanecer. Então, sobre traidor, o senhor não dá informação do senhor.

Agora, eu quero fazer um apelo ao senhor: o senhor é pai, marido, avô e só nós, o povo brasileiro que preza a família, sabemos o quanto é doloroso se privar de conviver com sua família, com seu neto ou com sua neta, não sei se é menino ou menina ou se são ambos. Na Idade Média, na nobreza, eu fiz essa pergunta ao senhor, lá na CPI, o Duque era o segundo na hierarquia, responde para o Brasil: quem é o rei desse esquema?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Se tivéssemos alguns minutos eu acho que o senhor responderia. O senhor tem essa vontade. O senhor deve fazer isso pela família do senhor, porque observamos que o senhor se envolveu nesse esquema todo, mas observamos no senhor uma pessoa emotiva. Então, eu acho que o senhor deve pensar bem nisso em fazer essa delação premiada para o Brasil e para a família do senhor, principalmente para família do senhor, em primeiro lugar, depois para o Brasil inteiro.

Eu quero perguntar ao Sr. Augusto. O senhor é um homem, empresário, ser chamado de mentiroso, aqui, na frente das câmeras do Brasil inteiro — aqui está a imprensa —, por que o senhor não aponta o dedo para o Sr. Renato Duque e diz: *“Eu não sou mentiroso, não. Eu fiz isso, isso e aquilo. Naquele dia eu te dei esse dinheiro sobre esse processo”*. Por que o senhor não reage assim?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu não sou mentiroso, e eles sabem que eu não sou mentiroso. Eu entendo que ele está num processo de defesa, e respeito a posição dele. Mas ele sabe que eu não sou mentiroso.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ E quem é o Tigrão? Quem é a Tigresa? Era a Tigresa ou era o Tigrão que ia lá buscar o dinheiro?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Era um homem que se identificava como Tigrão.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - O senhor, nesses anos todos, nem sabia o nome dele?



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente, para não extrapolar o horário, já que os meus 2 minutos estão contados.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ - Eu quero só para finalizar, Sr. Presidente, já que V.Exa. me deu os 2 minutos, quero dizer que eu não questionei aqui o Sr. Vaccari, porque ele não responde as perguntas, mas quero dizer ao senhor a mesma coisa, o senhor é um homem de idade, que tem uma longa vida aí de serviços prestados onde o senhor trabalhou: nós vamos repetir o Brasil do mensalão? Conta a história para o povo brasileiro. Não segura isso para o senhor não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Só 1 minutinho, Deputada Eliziane, que eu vou passar a palavra novamente aqui para o Relator, que quer se pronunciar novamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Augusto Mendonça, o senhor é empresário com vários anos de atuação no setor. Nesses anos todos, a empresa do senhor fez doações para campanhas eleitorais ao longo da existência dela?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Única e exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores ou fez a outros partidos também?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - A outros partidos também.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - E o recurso que foi repassado aos outros partidos, que critério a empresa estabeleceu para repassar esse recurso aos outros partidos?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Deputado, só pra deixar bem clara a conversa, nós falamos aqui desses recursos que foram contribuições ao PT e tinham relação com a PETROBRAS. A nossa empresa participou de campanhas eleitorais em outras oportunidades com outros



candidatos de outros partidos, e o critério é apoiar candidatos que tenham interesse em defender as causas que nós defendemos. Este é o critério.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Mas a sua declaração, como eu li aqui e que eu retirei das delações que V.Sa. apresentou, que entrou aqui inclusive numa contradição, V.Sa. descreve aqui: *“Essas contribuições não estavam relacionadas a esses valores de propina na PETROBRAS?”* O juiz pergunta e V.Sa. responde: *“Não, no meu caso”*. O Juiz Federal pergunta ao senhor: *“O senhor, na conversa que teve com o Sr. João Vaccari Neto, mencionou que esses valores eram decorrentes de contrato da PETROBRAS?”* O interrogado, no caso, o senhor: *“Não, não senhor”*. O Juiz Federal pergunta: *“O senhor mencionou que o senhor estava procurando, a pedido do Sr. Renato Duque?”* O interrogado, no caso, o senhor responde: *“Não, não senhor”*. O Juiz Federal insiste: *“O senhor não explicou a origem desses valores que isso era decorrente de acerto de propina com o Sr. Renato Duque?”* V.Sa. responde: *“Não, não senhor”*.

Então, uma hora é o conteúdo da delação, e, pelo que eu saiba, V.Sa. não pediu retificação da delação que prestou e do depoimento que prestou em relação a esses fatores. E V.Sa. diz que, ao longo da história da empresa, a empresa fez doações. Como que o senhor vai nos convencer que para uns é propina e para outros é uma generosidade de compreensão de proposta política, porque aqui vamos jogar franco: empresários vão sempre doar de acordo com o programa e para a própria atividade que desempenham, não vão nem por ideologia, a ideologia da viabilidade da atividade. Se alguém é da atividade naval, com a qual se tem uma relação, vai buscar apoiar candidatos que têm uma proposta para a indústria naval, porque é uma atividade que vai gerar a atividade na qual ele está envolvido. Agora, esse debate de doação está entrando por um caminho complexo, porque para uns é afinidade, para outros é corrupção. Como vai definir isso? E o depoimento de V.Sa. sobre esses dados é que no seu caso era uma doação legal. Então, como explicar essas contradições?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Deputado, quando procurei o Sr. Vaccari, eu não disse a ele a que se referia, ou se havia alguma ligação com a PETROBRAS, ou com propina. Foram essas informações que eu



falei. Realmente eu não disse a ele nada disso. Eu só disse que queria fazer contribuições ao partido, e assim foi feito.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Então, neste momento, V.Sa. reafirma o conteúdo do interrogatório que foi prestado à Justiça que eu acabei...

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor. Eu não falei para ele que isso tinha sido pedido pelo Renato Duque, ou tinha a ver com o Renato Duque, ou tinha a ver com propina. Eu não passei essa informação ao Sr. Vaccari.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Agora, V.Sa., no depoimento que prestou à Câmara dos Deputados, disse que o Diretor da PETROBRAS pode ajudar muito pouco, mas pode atrapalhar bastante. V.Sa. é um empresário de muitos anos nesta atividade. V.Sa. acredita, até porque há uma dúvida entre muitos, talvez nem todos, que o Sr. Pedro Barusco, que não ocupava um cargo de diretor — ele tinha um cargo intermediário —, então ele não podia participar da reunião de Diretoria, nem da reunião do Conselho. Ele não poderia estabelecer uma pauta de Diretoria. V.Sa. acredita que ele, sozinho, poderia ter roubado a quantidade de recursos que declarou que roubou da PETROBRAS no período antes de 2003?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu não saberia responder ao senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Não saberia responder. O.k.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria saber se V.Exa. poderia ser complacente comigo. Acabou que eu não fiz uma só pergunta ao Vaccari. V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Claro, Deputada. A senhora falou aqui pelo tempo de 9 minutos e 6 segundos...

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Só mais 30 segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - ... mas fique à vontade.



A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu queria saber do Sr. Vaccari... Quando nós olhamos para o Sr. Vaccari — o senhor esteve conosco lá na CPI, em Brasília —, temos a sensação de que ele fez muita coisa junto com muita gente e agora está sozinho, meio abandonado pelos seus aliados, companheiros que participaram desse processo de pagamento de propina, junto ao PT. O senhor se sente abandonado pelos seus colegas?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Eu vou me manter calado.

A SRA DEPUTADA ELIZIANE GAMA - O senhor se sente injustiçado?

O SR. JOÃO VACCARI NETO - Vou me manter em silêncio.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Agradeço pela colaboração.

Passo a palavra para o Deputado Prascidelli, pelo tempo de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. depoentes, imprensa, eu não vou fazer perguntas, só vou fazer algumas observações que tenho reiteradamente feito. Evidentemente, o Delegado Waldir, que é do PSDB, tem interesse, nos depoimentos, em estabelecer uma conexão de corrupção com o PT e *etc.* A Deputada Eliziane, do PPS, também tem, evidentemente, interesse em estabelecer conexão de corrupção com outros partidos e, evidentemente, limpar o deles, assim como o Deputado Onyx, do DEM, tem interesse em estabelecer essas conexões.

Então, nós estamos diante de uma CPI de uma Casa Legislativa, que tem presença de partidos políticos, e a disputa política é inerente. Agora, para ficar absolutamente claro no depoimento, apesar de considerar algumas contradições, mais uma vez, o depoente aqui expressou que os recursos repassados ao Partido dos Trabalhadores guardaram bastante semelhança com os recursos repassados aos demais partidos — ao PSDB, ao DEM, ao PMDB e aos demais partidos.

Há que se registrar, mais uma vez — o Deputado Ivan Valente tem insistido nisso —, que o debate que precisa ser feito é com relação a contribuições de empresas a partidos políticos. Este é o debate que precisa ser feito e que a Câmara Federal se recusou a fazer ou parte dela se recusou a fazer.



Eu saio desses depoimentos aqui, ontem e hoje, com duas convicções. Primeiro, de que há uma absoluta seletividade por parte de alguns setores no vazamento das informações. Mais do que isso, há uma absoluta seletividade por parte do Judiciário em investigar, punir, prender algumas pessoas antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Ontem aqui os diversos depoentes se manifestaram dizendo que não tinham conhecimento do inteiro teor das acusações que lhes eram atribuídas. O Sr. Vaccari, no depoimento aqui feito pelo Sr. Augusto Mendonça, expressa claramente que não sabia que esses recursos provinham de algum fator ilícito, algum ato ilícito e que foi feito ao Partido dos Trabalhadores da mesma forma que foi feito a outros partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Para concluir, Sr. Presidente. Vou registrar aqui que os trabalhos desta CPI, além de buscarem alternativas com relação aos depoimentos — como já disse anteriormente —, precisam buscar alternativas com relação à chamada Lei de Delação Premiada. Não é possível que um advogado possa ser o mesmo advogado de um conjunto de depoentes e que nós não encontremos conexão numa narrativa feita por esse conjunto de depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Não é possível que o Juiz, o Ministério Público, a Polícia Federal prendam alguém sem ter um conteúdo de prova apenas com delação premiada e façam disso a pressão para que as pessoas possam ficar presas. Nós conhecemos centenas de caso neste País em que a pessoas que cometem crime ficam soltas, e a Justiça não os leva à cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Agradeço.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - E conhecemos esse caso em que as pessoas estão ficando presas durante muito tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Para concluir, Sr. Deputado.



O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Para concluir. Em função apenas das delações sem as provas e sem o conteúdo exato daquilo que é e dos motivos pelos quais eles estão presos. Queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de me inscrever para falar logo após o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Nós encerramos as inscrições, Sr. Deputado, com o último inscrito, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - V.Exa. está inscrito também.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Estou inscrito também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Mas nós colocamos mais um tempo de 1 minuto para V.Exa. para que todos se sintam contemplados.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Obrigado pela generosidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só para esclarecer as coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Pelo tempo de 2 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Deputado Valmir Prascidelli não citou, mas o PSOL é um partido de oposição, de esquerda. Isso precisa ficar claro aqui. Nós estamos só atrás da verdade, entende? Punir quem tem que ser punido, responder a quem assaltou cofres públicos e, também, denunciar o cinismo e a hipocrisia no financiamento privado de campanha.

Então, eu queria só limpar a área, para perguntar ao Sr. Augusto Mendonça — porque eu não tive tempo — a seguinte questão: o senhor é uma pessoa muito próxima do Sr. Júlio Camargo?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Confirma. O senhor participou da mesma empresa, não sei se como sócio ou se como executivo, *etc.* E aqui o Sr. Júlio Camargo, inclusive, na sua primeira delação, disse que estava com medo do Presidente da Câmara. Ele falou que não conhecia nenhum político. E depois ele fez uma delação longa, profunda e fez várias denúncias de políticos e de pressão.

O senhor conhece algum político?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Que tenha...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Que Deputados, que Senadores o senhor conhece?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Que tenha esse envolvimento com esse assunto?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente. Que estiveram recebendo propina dessa estrutura toda?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Sr. Júlio Camargo nunca comentou com o senhor?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Esses assuntos, não, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele comentou com o senhor a respeito das sondas da Samsung e da Mitsui e que ele foi achacado? O senhor o citou 25 vezes no seu depoimento.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - O senhor está perguntando na época ou agora?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Na época, certamente.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor encontrou o Sr. Júlio Camargo agora?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - O senhor está perguntando na época em que aconteceu o evento da sonda?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim.



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Ele não me falou nada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não falou.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Aliás, eu nem sabia que ele tinha feito...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E agora o senhor encontrou o Sr. Júlio e continua encontrando o Sr. Júlio Camargo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Ivan, conclua, por favor.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Continuo encontrando. Aliás, anteontem eu o encontrei aqui.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele está com medo?

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não me pareceu.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - A última pergunta, Presidente. Em relação aqui à nossa acareação... Acareação é um processo difícil, traumático, precisa encarar nos olhos. O que eu senti, Dr. Augusto, é o seguinte: tem uma agressividade por parte do Renato Duque em relação às suas afirmativas e assertivas. Eu vou insistir nesse ponto. Eu, sinceramente, não estou entendendo por que o senhor não tem uma reação mais dura, entende? Porque passa a seguinte ideia: como as contas do exterior ficaram para o Mário Góes e o Pedro Barusco indicarem... Depois vai um sujeito não identificado buscar recursos no seu... Mas aí, sim. Aí o senhor confirma que foi o Renato Duque também que ligou, não só o Barusco. Por que o senhor não dá uma resposta incisiva a essa questão numa acareação frontal, como esta que nós estamos fazendo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Conclua, Deputado Ivan. O tempo já se esgotou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor está sendo chamado de mentiroso. Só uma vez, agora, depois que o Deputado Altineu perguntou, o senhor falou que não. Então, eu pediria, para o próprio esclarecimento do seu processo, que V.Sa. desse uma resposta à altura da resposta que foi dada às suas



acusações em relação ao Renato Duque, do ponto de vista de uma acareação política. Era isso que eu estaria pedindo para o senhor fazer agora.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Deputado, eu entendo que o Renato Duque está num processo de defesa. Ele está sendo acusado e está se defendendo. Tem sua estratégia. Por alguma razão — eu não sei qual —, ele está querendo me provocar. Mas eu não vim aqui para entrar na provocação dele. A mim não cabe dizer se alguém é culpado ou se alguém é inocente. A mim só cabe cumprir com o meu papel de colaborador, que é dizer que eu sei.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele está falando que o senhor se apropriou de recursos da propina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Ivan, agradeço a V.Exa., mas seu tempo já acabou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deixe ele completar.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Deputado, ele pode falar o que ele quiser. Eu não tenho nada a ver com o que ele vai falar. O meu papel simplesmente, como colaborador, é dizer a verdade sobre os fatos que aconteceram. Eu não vim aqui para entrar numa polêmica, nem vou aceitar entrar numa discussão com ele sobre se eu sou mentiroso ou não sou mentiroso. Acho que isso...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não é só uma questão de afirmação. Tem um valor em jogo: 21 milhões de reais, que não ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Conclua, Deputado Ivan. Seu tempo mais que triplicou já.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Eu posso dizer para o senhor que eu não sou nem mentiroso, nem ladrão. Nunca ninguém me chamou nem de mentiroso, nem de ladrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Com a palavra o Deputado Carlos Andrade, pelo tempo de 1 minuto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE - Sr. Presidente, eu vou dispensar o meu 1 minuto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Para finalizarmos os inscritos, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, por 2 minutos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente, eu quero deixar claro para todos que estão assistindo a esta acareação que o instituto da delação premiada, no caso de ser comprovado que houve omissão, mentira ou falsidade, ou não comprovação, todas aquelas vantagens se transformam em ônus, e pode ser triplicada a pena daquele que falsear com a verdade. Então, eu olho para a indignação do Sr. Renato Duque e fico pensando se ela é verdadeira ou não, porque, quando ele esteve lá na CPI, ele estava muito senhor de si. Foi preso depois. Aí tem uma história complicada de que a esposa foi chantagear o Instituto Lula, e daí ele consegue uma autorização e um *habeas corpus* do Ministro Teori Zavascki, e o Dr. Sérgio Moro não passou recibo. É meio parecido com o que eu estou vendo aqui, do Sr. Augusto Mendonça Neto. O que faz o Dr. Sérgio Moro? Fica aguardando. Quando houve uma tentativa de transferência de dinheiro lá fora, numa conta que é do Sr. Renato Duque, ele foi preso. E está há 6 meses preso. Os melhores escritórios de advocacia do Brasil entraram no Supremo Tribunal Federal para libertar empresários de alto coturno, de empresas que têm aí 7%, 8%, 9%, 10% do PIB brasileiro, pagando fortunas, e ninguém conseguiu derrubar a Operação, ninguém conseguiu libertar ninguém. Aliás, dos raros casos foi o do Sr. Renato Duque, e ninguém entendeu direito se foi à luz do Direito ou à luz de outras coisas. Mas o Sr. Juiz Sérgio Moro, volto a dizer, não passou recibo e botou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço que conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - E está lá preso.

Eu só quero ler aqui, Presidente, o que explica... e fazer uma pergunta. Isso não vai levar mais do que 1 minuto. Até vou entrar no tempo do Deputado Carlos, se ele me permite.

O Pedro Barusco, que era grande amigo do Sr. Renato Duque, diz aqui que ninguém sabia por que se encontravam. Foi dúvida de vários aqui, do Deputado Waldir, acho que do Deputado Ivan também. Primeiro, o Vaccari mandava



bilhetinho para o Duque, e o Duque não sabia o que estava acontecendo, mandava os bilhetinhos para o Barusco. Com o tempo, o Barusco começou a ser levado ao Windsor, ao Meliá, e aí — texto do Barusco — *“Se falava sobre o andamento das licitações, dos contratos, às vezes ele (Vaccari) trazia algum questionamento, alguma dificuldade, precisava resolver algum assunto (das empreiteiras), um assunto até técnico (...)”* E por aí afora vai. Ou eles checavam entre eles quem estava pagando, quem não estava pagando. Ou seja, o jogo era jogo de bandido, era jogo de quadrilheiro; não era jogo de gente séria. Sobre isso, eu não tenho nenhuma dúvida.

Por fim, eu quero perguntar objetivamente ao Sr. Renato Duque. O Sr. Julio Faerman reconhece... O Sr. Pedro Barusco afirma em delação que o senhor pediu ao Julio Faerman 300 mil dólares, a título de reforço, para a campanha da Presidente Dilma em 2010. O senhor confirma ou nega esse fato?

O SR. RENATO DE SOUZA DUQUE - Eu permaneço calado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Delegado Waldir, só para terminar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço que conclua, Deputado Onyx. O tempo já se esgotou.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Todos aqueles que até agora usaram do direito de ficar calado ou estão condenados ou serão condenados, e a maioria absoluta, quem não fizer delação, vai para a cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço que conclua, Deputado Onyx.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu quero terminar lembrando uma coisa. Eu via, lá no depoimento do Sr. Vaccari, uma autossuficiência que lembrava o Delúbio. Quando o Delúbio foi para a Papuda, acabou o sorrisinho irônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço que conclua, Deputado. O tempo já se esgotou.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Eu vejo que hoje o Sr. João Vaccari não tem mais sorriso na boca, provavelmente ele sabe que vai para a Papuda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Agradeço ao Deputado Onyx.

Não havendo mais nenhum inscrito...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Só 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Pois não, Deputado Delegado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - São duas perguntinhas muito rápidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Uma pergunta só, uma única, para encerrarmos isto aqui.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor vai ver que eu não vou gastar 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Por favor.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, se ele fizer mais uma, eu quero fazer mais uma, outro quer fazer mais uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - O tempo de V.Exa. também foi passado, e nós não continuamos?

Dou 1 minuto a V.Exa., Deputado Delegado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu tenho o tempo do PSDB que eu não utilizei, Deputado. O tempo do PSDB não foi utilizado.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Eu também não utilizei o tempo do PT.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Eu usei 7 minutos, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Por favor, Deputado Delegado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Tá. Rapidamente.

Sr. Augusto, o Sr. Duque disse ao senhor quem que era o padrinho político dele, que o mantinha como representante do PT?



O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - E ele disse ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou concluir.

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Então, eu vou fazer pergunta também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Acabou o tempo aqui dos inscritos. O seu tempo já se esgotou, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - O senhor tinha o Sr. Duque como o patrocinador dos interesses do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI - Sr. Presidente, eu vou fazer pergunta com relação ao PSDB também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Um momento, Deputado.

O SR. AUGUSTO RIBEIRO DE MENDONÇA NETO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kaio Maniçoba) - Deputado Waldir, encerraram-se as perguntas.

Não mais havendo nenhum debatedor nem perguntas, declaro encerrada esta sessão.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS AO DETAQ PARA INCLUSÃO NAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS A PEDIDO DO PRESIDENTE

Deputado Augusto Coutinho

CPI DA PETROBRAS EM CURITIBA - OITIVAS DO DIA 02 DE SETEMBRO

Ricardo Hoffmann



Hoffmann é acusado de usar fornecedores da agência da qual era vice-presidente em Brasília, a Borghi Lowe, para fazer repasses de R\$ 3,17 milhões para uma empresa controlada pelo ex-deputado André Vargas, que deixou o PT no ano passado e está sem partido.

Vargas tinha influência na Saúde e na Caixa Econômica Federal, segundo os investigadores da Operação Lava Jato, e recebeu o suborno por ter ajudado a agência a conquistar as duas contas.

Procuradores e delegados da Polícia Federal que atuam na operação suspeitam que o esquema encontrado nesses dois órgãos, no qual produtoras de publicidade faziam o repasse do suborno a mando da agência, seja comum em outros órgãos públicos.

Entre as empresas que fizeram pagamentos a Vargas por ordem do publicitário, estão produtoras conhecidas como a 02 Filmes Publicitários, que tem como sócio o diretor Fernando Meirelles, de "Cidade de Deus", e a Conspiração, que produziu o filme "2 Filhos de Francisco".

Em depoimento à polícia, Hoffmann disse que acertou o esquema de repasses para Vargas com o presidente da Borghi Lowe, José Borghi. Em nota, Borghi negou enfaticamente conhecer Vargas ou ter autorizado o pagamento de suborno e frisou ter uma carreira pautada pela ética

De acordo com as investigações, o suborno era repassado a Vargas pelos fornecedores das agências de publicidade por meio do pagamento do chamado "bônus de volume", ou BV no jargão do mercado. Trata-se de uma comissão equivalente a 10% do valor de cada contrato. Se um filme custa R\$ 2 milhões, a



produtora devolve R\$ 200 mil à agência que a contratou. No caso investigado agora, o dinheiro era depositado para uma empresa de Vargas em vez de voltar para a Borghi.

Hoffmann é personagem mítico em Brasília. Gaúcho natural de Cachoeira do Sul, mudou-se para Curitiba no fim dos anos 1970, onde trabalhou como jornalista freelancer antes de dar uma guinada na carreira para o ramo publicitário. Começou como redator de agências de publicidade do Paraná e, devido à facilidade em transitar entre os clientes, passou para a área de atendimento - onde aprendeu os meandros das licitações públicas de empresas estaduais.

O talento peculiar em se relacionar com governos lhe rendeu o cargo de diretor da agência catarinense Máster em sua filial de Brasília, para onde se mudou em 1994. Não demorou muito para que, instalado na capital federal, o publicitário se tornasse referência para quem que quisesse angariar contratos com órgãos públicos. "Ele era especialista em combinar contatos políticos com bons resultados em licitações. Agia, sobretudo, nos bastidores", afirma o sócio de uma agência em Brasília que preferiu não ter sua identidade revelada.

PERGUNTAS

- Como funcionou o esquema de pagamento de propina ao ex-deputado André Vargas?

- Como Vargas conseguiu garantir as contas da Caixa e do Ministério da Saúde? Havia mais alguém de dentro das instituições envolvido no esquema?

Se as seleções de agências que atendem o Governo Federal e seus órgãos é feita através de licitações, como a influência de um único deputado foi suficiente para a sua agência conseguir a conta? Na verdade, não haveria um esquema maior de favorecimento da sua agência a partir de Vargas?



- Qual o envolvimento dos fornecedores da sua agência que efetuaram os pagamentos a Vargas? Eles foram coagidos ou participavam do esquema, já que também lucravam com ele?

- O senhor tem conhecimento de esquemas similares envolvendo outras agências e órgãos do Governo Federal? Trata-se de um esquema comum entre as agências que atendem contas públicas ou o caso da sua era específico?

- De acordo com sua experiência e conhecimento do meio publicitário brasileiro, o senhor considera que as concorrências e licitações de agências para atender contas públicas são, na maior parte, direcionadas? Como classificaria a relação das agências de publicidade no Brasil com os governos?

- Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura

Lobista suspeito de representar José Dirceu na Petrobras, é apontado pelo MPF como responsável pela indicação de Renato Duque para a diretoria de Serviços da estatal. Foi beneficiário de propinas em contas de três filhos, um irmão e sobrinho, segundo delator Milton Pascowitch para receber R\$ 5,3 milhões em propina de contrato de obras da Unidade de Tratamento de Gás Natural de Cacimbas, em Linhares (ES). É o que afirmou o operador de propinas da empreiteira Engevix, Milton Pascowitch, em sua delação premiada. "Os pagamentos ocorreram na forma de doações, num valor global de cerca de R\$ 5,3 milhões, no período de 2009/2010", afirmou o lobista e operador de propinas Milton Pascowitch.

"A origem dos recursos, segundo Pascowitch, consistiu em propina de contratos da Engevix para obras em Cacimbas II", registra o Ministério Público Federal, no pedido de prisão de Dirceu e Moura. O pólo de gás natural de Cacimbas, no Espírito Santo, teve parte das obras assumidas pela Engevix, a partir de 2004.



"A empresa pagaria propinas a Renato Duque e às pessoas responsáveis pela indicação deste ao cargo, especificamente José Dirceu e associados deste", informou o juiz Sérgio Moro na decisão. Duque foi indicado para a diretoria de Serviços da Petrobrás por intermédio do ex-ministro e indicação de Moura.

Papel de Moura. O empresário e lobista Fernando Moura seria um operador de propina que representava os interesses de Dirceu na Petrobrás. Foi ele o responsável por indicar o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque como cota do PT, no esquema de corrupção na estatal.

Para provar o que fala, Milton Pascowitch e seu irmão e sócio José Adolfo - que também fez acordo de delação premiada - entregaram uma "planilha de controle" dos repasses para três filhos de Moura (Leonardo, Lívia e Anitta), para seu irmão, Olavo Moura, e para o sobrinho Tiago.

Pascowitch apontou como beneficiários da propina além de Dirceu e Moura, o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque, o ex-tesoureiro petista João Vaccari, o irmão do ex-ministro Luiz Eduardo Oliveira e Silva, um ex-assessor dele Roberto Marques, o Bob.

Foi Moura quem indicou Renato Duque, preso em Curitiba (PR), para a Diretoria de Serviços da Petrobrás logo após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. O nome de Duque, funcionário de carreira da estatal, foi apresentado pelo lobista a Silvio Pereira, então indicado por Dirceu para preencher cargos de primeira escalão no governo que se iniciava.

Desde então, a relação entre Moura e Dirceu se estreitou e, segundo quem os conhece, eles se tornaram amigos. Todos os negócios relativos a Petrobrás que envolviam algum interesse do grupo de Dirceu na estatal passavam por Moura. Era ela o encarregado de fazer a ligação entre a Petrobras, os operadores e os empresários.



PERGUNTAS

- Como o senhor classifica a sua relação com o ex-ministro José Dirceu, vocês seriam amigos?

- O senhor representava os interesses de José Dirceu na Petrobras? - O senhor fez lobby para o Partido dos Trabalhadores?

- O senhor foi o responsável pela indicação de Renato Duque para a Petrobras? Qual o seu grau de influência na estatal?

- Segundo Milton Pascowitch o senhor recebeu R\$ 5,3 milhões em propina de contrato de obras da Unidade de Tratamento de Gás Natural de Cacimbas, em Linhares (ES). A origem dos recursos, segundo Pascowitch, consistiu em propina de contratos da Engevix para obras em Cacimbas II. **Há** provas do recebimento dessas propinas e elas envolvem familiares seus. O senhor confirma essas informações?

- Qual a participação de José Dirceu nesse esquema do qual o senhor faz parte? E de outras pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores?

- O senhor era operador do esquema da Petrobras?

Acareação entre Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato de Souza Duque e João Vaccari Neto

PERGUNTAS



- Duque era o operador do PT dentro da Petrobras? Vaccari confirma a função de Duque no Esquema?

- Quanto aproximadamente Duque recebeu do esquema?

- Deste total, quanto, aproximadamente, foi repassado ao PT? Vaccari fazia parte diretamente do repasse das propinas?

- Fora a indicação de Duque, José Dirceu tinha participação direta ou indireta no esquema? Recebeu propina vinda do cartel?

- Pergunta para Duque: se ele continua negando que foi indicado por Dirceu?

- Duque conhece Dirceu? Qual o seu nível de relacionamento com ele?

- O operador de propinas Milton Pascowitch afirmou em sua delação premiada que José Dirceu participou de uma reunião em sua casa, no Rio, em que participaram ele, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque e Roberto Marques, o Bob, que era braço-direto do ex-ministro. Duque e Vaccari confirmam a participação nesta reunião?

- Um conjunto de pagamentos feitos por empresas controladas pelo executivo Mendonça Neto para a Editora Gráfica Atitude, controlada pelos sindicatos dos Bancários e dos Metalúrgicos do ABC, de R\$ 1,5 milhão entre 2010 e 2013, seriam indício de pagamentos a Vaccari. Mendonça Neto confirma estas operações? O que Vaccari tem a dizer sobre isso?



- Pedro Barusco disse ao juiz Sérgio Moro que começou a tratar de propinas com o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto em 2010 por meio de bilhetes repassados pelo petista para o então diretor de Serviços da estatal Renato Duque. Duque e Vaccari confirmam esta informação? Como era a relação entre ambos?

- Segundo informações do ministério público e da imprensa, parte da propina paga para Duque na Diretoria de Serviços foi direcionada por empresas do grupo Setal Óleo e Gás, controlado por Augusto Mendonça para a Editora Gráfica Atitude Ltda. De acordo com essas informações, o pagamento foi feito a pedido de Vaccari Neto. Os três confirmam ou negam essas operações? Qual o papel de cada um?

- Segundo as investigações, a gráfica nunca prestou serviços de fato ao grupo Setal, tendo sido usada para lavagem de dinheiro, na ordem de R\$ 2,4 milhões. Os três depoentes foram indiciados por lavagem de dinheiro em decorrência dessa operação. Qual o papel de cada um? O que cada um tem a dizer sobre o fato?

Deputado Alberto Filho

ACAREAÇÃO

AUGUSTO MENDONÇA NETO, RENATO DUQUE E JOÃO VACCARI NETO

1) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 23 de abril, o Sr. Augusto Mendonça Neto admitiu ter repassado propina aos Diretores da Petrobras Renato Duque, Paulo Roberto Costa e Pedro Barusco, além do empresário Alberto Youssef, conforme indicação do ex-Deputado José Janene. Segundo ele, outra parte do valor foi negociado com o Sr. João Vaccari Neto, a pedido do Sr.



Duque, como doações oficiais ao PT efetuadas pela Setal Engenharia, “referente ao pagamento de propina para a realização de obras na Refinaria do Paraná (REPAR)”.

- V.Sas. confirmam estas afirmações?

- Podem detalhar como foi a negociação para que parte da propina fosse repassada por meio de doação eleitoral?

- V.Sas. possuem elementos que comprovam a relação entre as doações efetuadas ao PT e a propina oriunda das obras na REPAR?

O Sr. Vaccari tinha conhecimento de que os valores doados eram oriundos de propina? Como ele sabia disto?

2) Em depoimento prestado à Polícia Federal no dia 20 de novembro, o Sr. Pedro Barusco afirmou “que Renato Duque tinha uma proximidade muito grande, um contato muito forte com João Vaccari Neto, que Duque e Vaccari costumavam se encontrar no Hotel Windsor Copacabana, no Rio de Janeiro/RJ, e no Meliá Alameda Santos em São Paulo/SP (...). QUE o declarante [BARUSCO] participava a pedido de Duque pois tinha as informações sobre os contratos, o andamento dos projetos e de licitações. QUE nesses encontros também era falado sobre o pagamento de propina”.

- V.Sas. confirmam estes entendimentos?

3) No depoimento prestado à Polícia Federal, o Sr. Pedro Barusco afirmou que o Sr. Renato Duque fez uma solicitação de US\$ 300 mil ao Sr. Julio Faerman, representante SBM Offshore, a título de “reforço de campanha durante as eleições de 2010, provavelmente atendendo a pedido de João Vaccari Neto, o que foi contabilizado pelo declarante à época como pagamento destinado ao Partido dos Trabalhadores”.

- V.Sas. confirmam esta solicitação feita ao Sr. Julio Faerman e que esta foi feita a pedido do Sr. João Vaccari?

- V.Sas. confirmam que o valor era destinado ao PT?

- O valor foi efetivamente pago? De que forma?

4) Em depoimento prestado à Polícia Federal no dia 20 de novembro, o Sr. Pedro Barusco disse “que durante o período que trabalhou com Renato de Souza Duque, principalmente as empresas



do chamado 'cartel' pagavam propina e o declarante [BARUSCO] gerenciava o pagamento de tais propinas também em favor de Renato Duque".

- V.Sas. confirmam estas afirmações?

- Podem detalhar como e por quê foi combinado que o Sr. Barusco gerenciaria o pagamento de propina em favor do Sr. Duque?

5) O Sr. Augusto Mendonça Neto mencionou em seus depoimentos a situação de insolvência de sua empresa, logo após 2005, dizendo que "a adesão ao sistema de 'CLUBE' era uma 'questão de sobrevivência da companhia'".

- Na opinião de V.Sas., o sistema de clube para direcionamento das licitações, era uma combinação espontânea entre as empreiteiras para se favorecerem de maneira garantida e uniforme OU tratava-se de uma imposição da Petrobras para a arrecadação de propinas?

6) Em depoimento prestado à Polícia Federal no dia 29 de outubro, o Sr. Augusto Mendonça Neto declarou que "QUE JULIO CAMARGO recebia comissão em cada contrato pelo serviço que prestava de assessoria e os valores pagos a título de propina tiveram sua origem nos montantes recebidos por JULIO CAMARGO". (...) Que, indagado "se JULIO CAMARGO operacionalizou o pagamento de propina no âmbito da REPAR em favor de RENATO DUQUE, afirma que uma parte sim; QUE foi formalizado um contrato entre o consórcio e uma das empresas de JULIO CAMARGO, salvo engano a PIEMONTE, de prestação de serviços, no valor de R\$ 33 milhões, sendo que aproximadamente R\$ 20 milhões foram transferidos por JULIO CAMARGO no exterior para conta indicada por RENATO DUQUE".

- V.Sas. confirmam estas informações?

- V.Sas. podem detalhar os entendimentos que mantiveram com o Sr. Julio Camargo?

- V.Sas. têm conhecimento de repasses de valores do Sr. Julio Camargo para o PT?

7) Em depoimento prestado à Polícia Federal no dia 29 de outubro, o Sr. Augusto Mendonça Neto declarou que as "empresas eram pagas na sua grande maioria por transferências bancárias e as empresas disponibilizavam reais em espécie ou remetiam os valores ao exterior; QUE os recursos em espécie algumas vezes foram entregues diretamente pelo declarante, em seu escritório em São Paulo/SP, a um emissário de RENATO DUQUE conhecido por "TIGRÃO", o qual retirava os montantes; QUE "TIGRÃO" era moreno, 1,70 a 1,80, meio gordinho, idade aproximada de 40 anos".



- **V.Sas. podem fornecer detalhes da identidade deste emissário do Sr. Renato Duque?**

- **Em quais ocasiões os valores foram passados a ele?**

- **Ele repassou valores ao Partido dos Trabalhadores?**

8) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 9 de abril, o Sr. João Vaccari Neto declarou ter assumido a Secretaria de Finanças do PT no início de 2010. Porém, diversos outros depoimentos informam que ele tratava da arrecadação de recursos ao partido bem antes disso.

- **V.Sas. trataram com o Sr. João Vaccari sobre de repasses ao PT antes de 2010?**

- **Este repasse refere-se a propina oriunda dos contratos com a Petrobras?**

9) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 9 de abril, o Sr. João Vaccari Neto declarou ter tido contatos esporádicos com os Srs. Costa e Renato Duque.

- **V.Sas. confirmam estas informações?**

- **V.Sas. realizaram reuniões em que participaram simultaneamente Diretores da Petrobras e representantes de empreiteiras? Quais os assuntos tratados?**

- **Atores políticos participavam destas reuniões?**

10) Em depoimento à Justiça Federal, o Sr. Alberto Youssef disse ter direcionado R\$ 800 mil ao PT, tendo como fornecedora uma de suas empresas, a empreiteira Rigidez. A primeira metade deste valor foi paga à cunhada do Sr. João Vaccari, Sra. Marice Correa Lima; e a outra metade foi entregue em dinheiro vivo na porta da sede do PT para um representante da Toshiba, para que este então repassasse a Vossa Senhoria. O Sr. João Vaccari negou a esta CPI que sua cunhada tivesse atribuição de arrecadar recurso ao partido.

- **V.Sas. têm conhecimento de que a Sra. Marice Correa Lima possui atribuição de arrecadar recursos ao PT?**

- **Chegaram a tratar com ela sobre este assunto em alguma ocasião?**

11) Em depoimento prestado a esta CPI no dia 9 de abril, o Sr. João Vaccari Neto de recusou a responder perguntas, afirmando que as declarações feitas pelos delatores a seu respeito não são verdadeiras. Por sua vez, o Sr. Renato Duque, no dia 19 de março, disse a esta CPI: “Não tenho



problema nenhum em discutir qualquer um dos assuntos aqui levantados porque tenho a consciência tranquila e tenho como responder a tudo e tenho argumentos para rebater as acusações”.

Além do Sr. Augusto Mendonça Neto, o esquema foi confirmado pelas declarações dos Srs. Paulo Roberto Costa, Alberto Youssef, Pedro Barusco, Shinko Nakandakari, Júlio Camargo e muitos outros. Assim, considerando a legislação penal, e **supondo que V.Sas. esteja correto, e o Sr. Augusto Mendonça equivocado, podemos esperar que a pena dele seja quadruplicada, tendo em vista que está mentindo em delação premiada?**

- V.Sas. possuem provas que podem desconstituir estas acusações?